



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável



BOLETIM N.º #19 MARÇO 2024

"NO INICIAR DE UM NOVO CICLO A NECESSIDADE DE UMA MUDANÇA NA POLÍTICA ECONÓMICA"

Olhar mais a médio prazo e construir políticas com base nos factores críticos e nos desafios estratégicos colocados à economia portuguesa.

OS NÚMEROS:

"INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

07

Acima da média da Zona Euro, em 2023 a economia portuguesa cresceu apenas 2,3% e mantém-se, em lume brando, a caminho de um crescimento em 2024, ainda menor.

"UMA UNIÃO EUROPEIA EM CONTÍNUA PERDA ... E A DUAS VELOCIDADES"

14

Uma Europa a fechar-se sobre si e sem capacidade de competir à escala global.

AS POLÍTICAS:

"A DECLARAÇÃO DA HULPE - CONTRIBUTOS DA SMEUNITED"

18

A Presidência do Conselho da União Europeia (UE) está a consultar os parceiros sociais da UE, na preparação de uma declaração interinstitucional sobre a futura Agenda Social da União Europeia, a ser assinada durante uma conferência em La Hulpe (Bélgica), a realizar no próximo mês de abril.

"COMPETITIVIDADE E CUSTO FISCAL DO TRABALHO"

22

Como a alta fiscalidade incidindo sobre o factor trabalho compromete a competitividade da nossa economia.

"DEPOIS DOS OBJECTIVOS DE SUSTENTABILIDADE (SDG) E AS COMPETÊNCIAS (IDG)"

28

A favor da sustentabilidade existe um novo movimento que defende que os objetivos de desenvolvimento sustentável (SDG) propostos pelas Nações Unidas precisam de ser complementados pelos objetivos de desenvolvimento interior (IDG), capacitando as pessoas para liderar processos de transformação e desafios complexos.

OS DESAFIOS:

"A IMIGRAÇÃO E OS NOVOS RESIDENTES EM PORTUGAL - UMA ANÁLISE"

31

Sendo a imigração um tema da actualidade, é relevante conhecer a realidade da dinâmica de atracção de imigrantes e novos residentes do nosso país.

"DOIS ANOS DE GUERRA NA UCRÂNIA - UM BALANÇO"

34

Decorridos que estão dois anos desde o início da guerra, é tempo de fazer um balanço das causas, da evolução militar, económica e geopolítica do conflito e da sua potencial evolução futura, bem como da evolução geopolítica mundial.

Cofinanciado por:





NO INICIAR DE UM NOVO CICLO A NECESSIDADE DE UMA MUDANÇA NA POLÍTICA ECONÓMICA

1. Elevar a qualidade do debate em torno da economia

Elevar a qualidade do debate em torno da economia Com a salvaguarda de honrosas exceções, infelizmente pouco escutadas, as reflexões públicas sobre a economia portuguesa são dominadas por pressupostos ideológicos ou velhos paradigmas e, poucas vezes, se distanciam do confronto político-partidário. Temos assim, diferentes leituras que partem de avaliações feitas à priori onde os números são manietados em função das conclusões a que se pretende chegar (bem patente na forma como se comparam períodos temporais de curta duração desenquadrando-os do respectivo ciclo económico).

Com a abordagem do médio e longo prazo, quase sempre, circunscrita ao enunciado dos grandes objectivos que são ditados pela U.E. e sobre os quais a discussão é, entre nós, praticamente nula, a análise concentra-se na mera avaliação e gestão da conjuntura. Não se discutem estratégias ou desafios, mas, simplesmente, tendências que, para uns se enquadram numa "economia de sucesso", e para outros numa "economia à beira do colapso".

A CCP tem procurado – através de estudos que vem promovendo com recurso a alguns dos nossos mais prestigiados economistas e de que destacamos o mais recente, e que aqui iremos seguir de perto, da autoria do Prof. Augusto Mateus intitulado "O Comércio e Serviços na Competitividade e Internacionalização da Economia Portuguesa" – olhar para a nossa economia utilizando novos conceitos e instrumentos de análise que nos permitam reformular estratégias e políticas, sem a pretensão de ser detentores da verdade absoluta, mas com a certeza de que, sem este questionamento, o nosso país não conseguirá dar o salto qualitativo que lhe permitirá ter um futuro ganhador.

Este texto propõe-se sistematizar algumas das **ideias-força** desta reflexão, as quais reputamos de necessárias para operar uma mudança de política, e que vão desde o modo como lemos a nossa realidade, pelos desafios que enfrentamos, até podermos estabelecer novas orientações de política pública que consideramos deverem ser objecto de discussão e aprofundamento.

2. Mudar o enfoque e o campo de visão sobre a economia

Esta mudança incide, desde logo, sobre dois pontos essenciais:

- Passar de uma análise centrada no que é conjuntural para uma **abordagem focada nos aspectos estruturais** da nossa economia, partindo de um olhar sobre a realidade assente nos seus **factores críticos** e na necessidade de os ultrapassar

ou minorar significativamente, introduzindo na leitura dos mesmos uma perspectiva de **desafios à mudança**;

- Recusar a abordagem que coloca o acento na **continuidade das políticas do passado**, limitando-se a reequacionar a **intensidade das mesmas** ("mais do mesmo") e relevar a **necessidade de mudança**, fazendo desta o elemento vectorial de uma política que se quer reformista, e em que, mais do que um problema de intensidade, o que está em causa é a **profundidade** com que olhamos para os nossos constrangimentos, ou seja, procurando ir à **raiz dos problemas**, como condição para podermos identificar as transformações necessárias.

Temos que, partir dos **factores críticos fundamentais**, os quais podemos colocar, por um lado, no nosso tecido produtivo e, por outro, na envolvente empresarial. Concretizando, identificamos, seguidamente aqueles que consideramos com impacto estruturante:

a) Ao nível do nosso tecido produtivo:

- A reduzida dimensão e atomização do mesmo;
- Os baixos níveis de organização e de gestão predominantes;
- Uma especialização produtiva pouco diversificada e com cadeias de valor pouco preenchidas e concentradas em fases de menor criação de valor (baixo nível de integração vertical);
- A baixa capitalização das empresas e um elevado endividamento externo, com uma excessiva dependência de fontes de financiamento convencionais e, predominantemente, conservadoras;
- Uma escassez de recursos humanos em todos os níveis de qualificação, com um claro défice de competências especializadas e um fraco espírito empreendedor (carência de talentos).

b) Ao nível da envolvente empresarial:

- Elevada ineficiência de serviços públicos essenciais, confrontados ora com problemas de gestão, ora de recursos humanos ou com ambos;
- Reduzido entrosamento entre os diferentes sistemas, com insuficiente aproveitamento de sinergias e baixo grau de cooperação e de integração funcional e estratégico, nomeadamente entre o público e o privado e os diferentes níveis de abrangência territorial (local, regional e nacional);

- Falhas infraestruturantes em domínios logísticos essenciais, nomeadamente naqueles que podem minimizar a nossa posição geográfica periférica em relação ao centro da Europa e maximizar a nossa vantagem localizacional na ligação intercontinental (em especial, nos transportes internacionais);
- Modelos de governação desajustados e ineficientes em áreas fundamentais de actuação governativa e da administração pública, de que cabe destacar a gestão dos fundos comunitários (conjugando a falta de coordenação e centralização da decisão governativa com uma excessiva centralização e morosidade de decisão ao nível das estruturas executivas);
- Um sistema de financiamento da economia desajustado das novas necessidades desta, o que constitui um forte constrangimento a um investimento inovador e que, por definição, envolve um risco acrescido, e em que as instituições públicas existentes (casos da C.G.D. e do banco de Fomento) estão longe de atingir um desempenho satisfatório.

Estes factores críticos são, ainda, alimentados por uma acelerada mudança no modo de funcionamento das economias e que provocam alterações substantivas nos paradigmas tomadas como referência.

Estas alterações são visíveis, nomeadamente, na passagem:

- De uma economia baseada no volume e nas quantidades para uma **economia de valor**, em que a diferenciação, a personalização e a adaptabilidade, são factores essenciais, com a produção de bens a perder a anterior centralidade face à produção de serviços (componentes imateriais);
- De uma economia estruturada por sucessivas "camadas" horizontais (sectores) para uma **economia verticalizada**, em que o que é determinante é a posição ocupada em cadeias de valor, mais complexas e densificadas, ou seja, tornando necessário reforçar o peso das actividades geradores de maior valor acrescentado.

Ao longo dos últimos 50 anos assistimos, nesse domínio, a dois movimentos fundamentais de transformação das economias: primeiro, a uma perda de peso do sector industrial (secundário) face ao sector do comércio e serviços (terciário), com a chamada **"terciarização"** das economias; e, num momento mais recente (sobretudo, a partir do início deste século com a chamada "revolução digital"), a uma nova evolução com o que podemos designar por **"servitização"**. Esta, diferencia-se da dinâmica anterior porque se trata de uma mudança que questiona a própria divisão da economia por sectores e

expressa um processo que é transversal a todo eles, isto é, o da desmaterialização do processo produtivo e da incorporação crescente de componentes imateriais (serviços) nos diferentes sectores de actividade. Se a terciarização reflecte o aumento no consumo de serviços (produtos imateriais), a servitização junta-lhe o reforço do valor imaterial ao nível da própria produção de bens e em que, muitas e crescentes vezes, o produto final é constituído por um "pacote" de bens e serviços, em que o acesso ao mesmo se faz por via ou da venda ou da concessão de um serviço.

Ao mesmo tempo que ocorre este processo de desmaterialização das economias, assistimos a uma liberalização das trocas à escala global e a uma fragmentação das cadeias de valor com uma repartição das mesmas por diferentes regiões do globo: a chamada **globalização**, pela qual as empresas deslocalizam partes do processo produtivo para zonas geográficas que oferecem vantagens competitivas nessas mesmas componentes da cadeia de valor, dando origem à criação de **cadeias globais de produção** distribuídas por várias regiões do globo.

Neste quadro, de uma economia em que a concorrência se faz, cada vez mais, à escala global, pretender reverter esta dinâmica em nome, seja da **"reindustrialização"** (conceito que faz cada vez menor sentido utilizar), seja de uma **"desglobalização"** fundada no propósito de reduzir dependências externas (a U.E. adoptou-a em nome de uma pretensa «autonomia estratégica» e Portugal, que nada tem a ganhar com a mesma, mitigou o seu alcance introduzindo o conceito de «autonomia estratégica flexível») é um percurso perigoso que, no fundamental, é o sinal de uma perda de capacidade competitiva e de uma assumpção de fragilidade a nível mundial, estando em clara contradição com as enunciadas transições climática e digital.

3. Os novos desafios que o país enfrenta

A economia portuguesa confronta-se, como dissemos, com um conjunto de factores críticos que, por sua vez, requerem mudanças substantivas de política económica, as quais só poderão ser bem-sucedidas se assentarem naqueles que são os desafios fundamentais que estão colocados à nossa economia e ao nosso perfil produtivo.

Com base no trabalho já referenciado de Augusto Mateus, e no diagnóstico aí feito com base em novas fontes estatísticas, é claro que nos confrontamos com dois problemas essenciais: o de um **baixo valor criado** no nosso país naquilo que produzimos e vendemos, em grande parte porque temos um nível de servitização no conjunto da economia (componentes imateriais) reduzido e que compara negativamente (ao contrário da terciarização) com a média europeia; e, por outro lado, o de um **perfil**

de especialização que não nos tem permitido subir nas cadeias globais de produção, existindo um claro desfasamento entre o volume exportado e o correspondente valor criado no nosso país.

As exportações portuguesas são, aliás, um tema em que o discurso sobre o sucesso desta política (baseado nas exportações brutas) omite o que é essencial: **o valor criado em Portugal incorporado nas nossas exportações** (exportações líquidas, ou seja, com exclusão dos componentes importados). O que a realidade dos números nos mostra é que, embora o volume exportado tenha vindo a aumentar em relação ao PIB (o anunciado objectivo de vários governos de atingirmos os 50%), o peso das componentes importadas também tem vindo a crescer, era em 1995 de 22% e subiu em 2018 para 30% (na indústria atinge mesmo 43%).

Assim sendo, o objectivo económico essencial não pode fixar-se em **exportar mais do mesmo**, mas tem que estar colocado em **alterar o nosso perfil exportador**. É necessário **exportar melhor**, apostando em sectores e actividades com maior incorporação de componentes de valor nacionais e subindo na cadeia de valor dos mesmos.

Temos, deste modo, dois desafios fundamentais pela frente:

- **Aumentar o valor criado** com origem no país naquilo que produzimos e vendemos, quer para o mercado doméstico, quer para o exterior, o que requer **reforçar a servitização ao nível das cadeias de valor e da estrutura produtiva do país**;
- **Reposicionar a nossa economia nas cadeias globais de produção**, o que dada a impossibilidade de promover em tempo útil e de forma significativa e impactante uma política de substituição de importações - que obrigaria a uma refundação profunda da nossa economia, com a criação de actividades em que até agora não fomos e continuaremos seguramente a não ser competitivos, a médio prazo - implica uma **mudança no nosso perfil exportador**. Urge, assim, reforçar e não travar o percurso de abertura económica que temos vindo a percorrer, mas fazendo-o futuramente com base num saldo positivo da nossa balança de bens e serviços (ou seja, com um maior contributo das exportações). O que requer, mais e melhor IDE, mas também, diversificar mercados e parceiros, ou seja, uma actuação contrária à da referida desglobalização que a U.E. vem, em desespero, proclamando.

4. As políticas económicas a adoptar

Para responder aos desafios temos que ter políticas económicas adequadas e assentes numa estratégia global e em que **a economia esteja no centro das prioridades**.

Ora, colocar a economia no centro, significa, desde logo, considerar que a primeira prioridade é inverter o **ciclo muito negativo do investimento** que vem marcando as duas últimas décadas. É preciso **mais e melhor investimento**. Mais investimento privado e mais investimento público, mas ambos com o foco na economia real.

A política de investimento deve, sem dúvida, basear-se numa **maior selectividade** com identificação de prioridades; mas estas não devem confundir-se com políticas públicas assentes em escolhas sectoriais em que o Estado se proponha determinar o que devemos ou não produzir e vender. As escolhas devem ser feitas com base em **factores competitivos**, que tenham um real impacto no desenvolvimento global da economia e que vão ao encontro dos desafios que enunciámos anteriormente. Escolhas estas que devem estar inseridas numa visão integrada e sistémica e não resultarem de um mero somatório de acções avulso. Quando falamos de factores competitivos queremos, mais uma vez, pôr em destaque dois que consideramos fulcrais: os **recursos humanos** e o **território**, que sendo ambos transversais aos diferentes sectores da economia se projectam na competitividade de todos eles. É essencial que as políticas de ordenamento territorial e de "cidade" sejam axiais às diferentes políticas sectoriais e, com elas, estejam devidamente articuladas. Em relação aos recursos humanos não nos basta, também, elevar as qualificações académicas dos mesmos - área em que o avanço tem sido, sem dúvida, notório - é essencial que as qualificações tenham correspondência ao nível das competências e que exista uma muito maior ligação entre os sistemas de ensino e de investigação e o mundo empresarial, seja no plano da cooperação institucional, seja pela presença reforçada das mais altas graduações académicas nas empresas (o número de doutorados que colaboram com estas ou que criam as suas próprias empresas é muito diminuto no nosso país).

Temos que ter políticas de investimento que fomentem a constituição de um tecido empresarial **mais robusto** (em termos de dimensão, de organização e de capitalização), **mais diversificado** (em termos de actividades presentes nas cadeias de valor) e **mais articulado** (assente em "plataformas colaborativas" e em acções partilhadas e de eficiência colectiva).

O objectivo da **sustentabilidade ambiental** deve continuar a ser uma prioridade, mas esta não pode estar desligada da **sustentabilidade económica**, ou seja, não basta criar interditos e obrigar as empresas a terem menores índices de poluição é, também, essencial perceber que isso se consegue com uma economia diferente e não apenas com mudanças nas fontes de energia utilizadas e com custos económicos acrescidos.

É, por isso, incongruente que a U.E. no seu conjunto, ao mesmo tempo que vem superando as suas próprias metas em matéria ambiental (sendo que do ponto de vista do planeta este será sempre um con-

tributo limitado face ao comportamento dos grandes poluidores mundiais) se deixe atrasar em matéria de transição digital, nomeadamente ao nível das TIC, atingindo o final da década passada distante de cumprir as metas a que neste domínio se havia comprometido. É essencial assumir que a própria transição digital é um instrumento fundamental ao serviço não apenas da competitividade económica, mas de sustentabilidade ambiental, e que não se confunde com qualquer reindustrialização (mesmo que catalogada de "indústria 4.0").

Para as políticas terem sucesso precisamos de conjugar dois planos: **saber o que fazer e saber como fazer**. Em ambos, apresentamos um défice de capacidade, mas que se tem vindo a acentuar, em especial, ao nível da concretização das acções. A desqualificação de muitos organismos públicos directamente vocacionados para a realização das políticas e uma cultura de crescente dependência dos mesmos das tutelas políticas, contribui para entropias nos processos de decisão e de execução que são preocupantes. A desejada desburocratização e simplificação dos procedimentos que incidem sobre as empresas, confronta-se com a crescente preocupação em travar casos de favorecimento indevido, de desrespeito das regras e dos princípios de concorrência ou de uma utilização indevida de dinheiros públicos. Daqui resulta um acentuar dos instrumentos processuais de controle, quando o caminho deve estar num acompanhamento mais próximo dos promotores e num diálogo constante e continuado com estes. O excesso de regras e procedimentos formais são um custo elevado para as empresas que acabam por constituir um bloqueio à boa execução dos projectos.

Por último, uma referência aos dois principais instrumentos de política pública: o **Orçamento de Estado** e os **Fundos Comunitários**. Em relação ao primeiro, é fundamental que ele deixe de ser visto apenas como um instrumento de gestão financeira totalmente subordinado ao critério das finanças públicas. Na actual situação destas, com a existência de um saldo estrutural do orçamento equilibrado, a política orçamental tem que ser reorientada **para tornar a economia mais competitiva e inovadora**. Ou seja, não é de todo justificável que o critério das finanças públicas saudáveis se faça com um forte prejuízo para o investimento. Se devemos assegurar saldos correntes primários positivos, já não é compreensível que sejam as despesas de capital (FBCF) a sofrerem cortes constantes ao nível da execução orçamental. O mesmo em relação à política fiscal: a redução da carga fiscal é uma necessidade imperiosa que, no quadro de uma economia em crescimento duradouro, não afectará o volume das receitas públicas. E, quanto aos fundos europeus de que o país, infelizmente, depende em demasia, quando estamos a iniciar um novo ciclo de apoios com o PT 2030 é essencial que estes financiamentos sejam bem aproveitados. Ou seja, que eles estejam alinhados com os desafios e objectivos da política económica e que permitam ao país não apenas crescer mais – e temos que crescer mais – mas também crescer melhor, de forma sustentável, e com uma trajectória

"É necessário exportar melhor, apostando em sectores e actividades com maior incorporação de componentes de valor nacionais e subindo na cadeia de valor dos mesmos."

do produto potencial que nos torne mais competitivos e inovadores. Temos insistido: o PT 2030 não pode limitar-se a dar continuidade ao PT 2020, tem que ser capaz de visitar criticamente este último, compreendendo o que foi menos bem feito e, sobretudo, sendo capaz de incorporar os novos desafios de uma realidade de hoje que já não é aquela que marcava o arranque do anterior PT. Nessa altura Portugal estava a sair da crise das dívidas soberanas e tinha um programa de recuperação em que os aspectos conjunturais se misturavam com os elementos estruturais. Hoje, o alvo tem que estar centrado em ganhar os grandes desafios de futuro, sabendo, também, que o ambiente internacional será, quase seguramente, menos favorável do que era na década passada e que não podemos ter apenas a ambição de ter um desempenho ligeiramente acima da média.

O país precisa urgentemente de um **«choque» de crescimento e inovação**, que lhe permita reposicionar-se, no plano da internacionalização da economia portuguesa, até ao final desta década. ●



OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Acima da média da Zona Euro, em 2023 a economia portuguesa cresceu apenas 2,3% e mantém-se, em lume brando, a caminho de um crescimento em 2024, ainda menor.

Fortemente condicionado pela conjuntura internacional adversa e pela desaceleração das economias dos seus principais parceiros comerciais, o balanço da economia portuguesa do passado ano traduziu-se por um crescimento de 2,3% no PIB, claramente abaixo do crescimento alcançado em 2022 (de 6,8%), mas acima do crescimento médio de +0,5% no PIB da UE e da Zona Euro, em 2023.

No 4º trimestre a economia cresceu mais que no terceiro trimestre, mas menos que no primeiro semestre do ano.

O contributo da procura interna para o crescimento do PIB, de 2,1 pontos percentuais (p.p.), aumentou muito ligeiramente face ao 3º trimestre (0,1 p.p.), com a ligeira aceleração do consumo a mais que compensar a desaceleração do investimento.

O contributo da procura externa líquida passou a ser positivo, mas de apenas 0,1 p.p., e voltou a registar-se um ganho nos termos de troca, ainda que menos expressivo que nos trimestres anteriores.

Também o emprego cresceu apenas +1,6% (menos 0,6 p.p. que no 3º trimestre), apesar do aumento do desemprego, de +3%, ter abrandado (face a +4,4% no 3º trimestre).

O crescimento do emprego resultou de dinâmicas distintas entre sectores. Destacam-se por um lado, os aumentos no emprego do sector agrícola (+11,3%) e da Construção (+8,8%) e o acréscimo de apenas +1,4% no emprego dos Serviços, sendo de referir o acréscimo de 2,3% no comércio; por outro lado, o decréscimo de -3,1% no emprego da indústria transformadora.

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Varição face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2022 - ANUAL	4,7	3,5	4,4	17,4	11,1	6,7
2023 - ANUAL	1,6	0,8	1,4	4,2	2,2	2,3
I	1,5	-4,4	0,3	10,3	5,0	2,5
II	1,7	-0,9	1,2	4,0	0,9	2,6
III	1,3	5,5	2,0	-0,4	-0,1	1,9
IV	1,8	3,3	2,1	3,3	3,1	2,2
Varição face ao período homólogo de 2019 - anterior à pandemia (%)						
2022 - ANUAL	3,5	9,8	4,7	7,3	9,9	3,2
2023 - ANUAL	5,1	10,7	6,1	11,8	12,4	5,9
I	6,1	9,3	6,6	12,3	12,3	6,7
II	5,2	7,8	5,7	12,7	11,8	6,2
III	4,4	9,2	5,3	11,2	10,9	5,5
IV	4,7	16,8	6,9	10,9	14,5	5,4

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais e anuais

A inflação, depois de uma breve interrupção na trajetória descendente no 3º trimestre, voltou a desacelerar ao longo do último trimestre do ano, ascendendo a 4,3% em dezembro.

Em termos anuais, num contexto de sucessivo abrandamento face ao ano anterior, a economia cresceu apenas 2,3% em 2023, menos 4,5 p.p. que em 2022.

O ambiente económico de elevada incerteza, a par dos efeitos negativos das taxas de juro elevadas nos custos de financiamento, levou ao adiamento das decisões de investimento pelas empresas e criou fortes dificuldades aos orçamentos das famílias detentoras de empréstimos, quer à habitação quer ao consumo.

A procura interna desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas +1,4% (+4,4% em 2022), sendo de salientar em particular a forte desaceleração observada no consumo privado, com um crescimento de apenas +1,6% (+5,6% em 2022), e o crescimento anémico do investimento, de apenas +0,8% (+3,5% em 2022), para o qual concorre também uma execução abaixo do esperado quer do PRR quer do PT 2030.

A procura interna teve um contributo positivo de 1,4 p.p. para o crescimento do PIB (-3 p.p. que em 2022). Do lado da procura externa observou-se uma desaceleração fortíssima nas exportações que, de +17,8% em 2022, cresceram apenas +4,2% em 2023, acompanhadas de uma forte desaceleração também nas importações de +11,1% em 2022, para +2,2% em 2023. O efeito conjugado traduziu-se num diminuto contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, de apenas 0,9 p.p..

A evolução dos deflatores implícitos nos fluxos do comércio internacional, com um acentuado decréscimo no deflator das importações (para o qual contribuiu o efeito da descida dos preços energéticos) e um aumento no deflator das exportações, permitiu alcançar no passado ano significativos ganhos nos termos de troca.

Em termos nominais o saldo externo de bens e serviços foi positivo, de 0,9% do PIB (face aos -2,4% do PIB registados em 2022).

As contas públicas terminaram o ano com um excedente orçamental superior ao previsto, de aproximadamente 1,1% do PIB (acima da previsão de cerca de 0,8% do PIB, no OE para 2023) e o rácio de dívida pública desceu para aproximadamente 101% do PIB (uma descida de cerca de 10 p.p. face a 2022).

Em 2023 assistiu-se a uma evolução desfavorável no mercado de trabalho, desde logo traduzida pela inversão na tendência descendente do desemprego, a que se assistia desde 2021, com um aumento no desemprego de +8,6% (-7% em 2022), bem como pelo abrandamento no crescimento do emprego, para +2% (+2,2% em 2022).

A taxa de desemprego subiu para 6,5% (6,1% em 2022) enquanto a taxa de subutilização do trabalho aumentou apenas 0,1 p.p., para 11,7%.

Em 2023 a evolução do emprego resultou de dinâmicas sectoriais diferenciadas, à semelhança do referido acerca da evolução no 4º trimestre.

Enquanto no sector da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e no da Construção o crescimento do emprego acelerou para +6,4% em ambos os casos (+1,2% e +1,9%, em 2022, respetivamente), na indústria transformadora o emprego reduziu-se -1,4% (+0,7% em 2022).

No conjunto dos Serviços o crescimento do emprego desacelerou para +2,2% (+2,6% em 2022), o qual resultou também de dinâmicas distintas entre os diferentes subsectores.

Assim, enquanto no comércio, nos Transportes, na Educação e na Administração Pública, o emprego diminuiu; no Alojamento, restauração e similares, nas Atividades financeiras e de seguros, nas Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e no grupo residual dos Outros serviços, não só o respetivo emprego aumentou, como acelerou face ao crescimento registado em 2022.

Segundo as Contas Nacionais, em 2023, a produtividade média por indivíduo empregado aumentou +1,4% (+5,2% em 2022), enquanto a produtividade média por horas trabalhadas, aumentou +1,1% (3,1% em 2022).

A remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou, em relação a 2022, +6,6% (para 1 505 Euros), correspondente a um aumento de +2,3% em termos reais.

Já o Índice do custo de trabalho aumentou +5,3%.

A inflação anual ascendeu a 4,3% em 2023 (7,8% em 2022) e a variação anual do Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) foi de 5,3% (8,1% em 2022). As últimas projeções (de dezembro) do Banco de Portugal para o IHPC são de 2,9% em 2024.

É ainda de referir que a inversão da política monetária restritiva de combate à inflação, do BCE, apenas ocorreu no último trimestre do ano, com as taxas directoras a permanecerem inalteradas só desde setembro de 2023.

No que se refere à evolução das taxas de juro para novos empréstimos às empresas portuguesas, assistiu-se a uma trajetória sempre ascendente até outubro de 2023, tendo-se registado a primeira descida em novembro, e a taxa de juro média das novas operações de empréstimos às empresas diminuiu para 5,76%, em dezembro de 2023.

A Euribor a 3 meses foi de 3,4% em 2023 e, segundo as projeções de dezembro do Banco de Portugal, será de 3,6% em 2024 (-0,1 p.p. que na projeção de outubro), só se perspetivando a sua redução para 2,8% em 2025 (-0,3 p.p. que na projeção de outubro).

A par da evolução da economia, o país conviveu ao longo do passado ano com várias situações de contestação social e sectoriais, a que acresceu já no último trimestre do ano uma crise política, que culminou com o pedido de demissão do Primeiro Ministro, levando à marcação de eleições legislativas antecipadas, que ocorreram no passado dia 10 de março. Das eleições resultará um Governo minoritário e, pela primeira vez na história da democracia portu-

ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

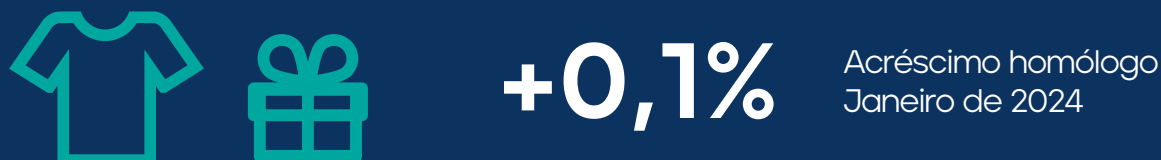
Movimentos na Rede Multibanco



IVN* Comércio a Retalho Alimentar



IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar



IVN* Serviços



IVN* COMÉRCIO POR GROSSO



IVN- Índice de Volume de Negócios

guesa, um Parlamento de composição tripartidária. Crises imprevistas que não deixarão de condicionar de forma acrescida a incerteza no ambiente económico português em 2024.

Nas projeções mais recentes do Banco de Portugal para a economia portuguesa, divulgadas em dezembro passado, a projeção para o crescimento do PIB para 2024 foi revista em baixo, para +1,2% (-0,3 p.p. que a de outubro).

Em alinhamento com o crescimento moderado que caracterizou a maioria dos sectores de atividade no último trimestre do passado ano, **a partir dos indicadores de curto prazo disponíveis para os primeiros meses do corrente ano, não surgem alterações significativas no ritmo de crescimento das atividades económicas.**

Por um lado, o indicador de confiança dos consumidores aumentou entre dezembro e fevereiro, após ter diminuído nos quatro meses anteriores.

Por outro, do lado das empresas, o indicador de clima económico diminuiu em fevereiro, depois de ter aumentado entre novembro e janeiro. O indicador de confiança dos Serviços diminuiu, tendo aumentado os indicadores da Indústria Transformadora, da Construção e Obras Públicas e do Comércio. O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda diminuiu em fevereiro na Indústria Transformadora, no Comércio e nos Serviços, de forma significativa nos últimos dois casos, tendo aumentado entre dezembro e fevereiro na Construção e Obras Públicas.

A evolução dos vários indicadores do Inquérito ao emprego no 4º trimestre de 2023 e as suas estimativas mensais para o mês de janeiro de 2024, e dos inquéritos de conjuntura aos empresários sobre as perspetivas de emprego nos 3 meses seguintes, perspetivam uma evolução menos desfavorável nos primeiros meses do corrente ano, no desemprego e no ritmo de crescimento do emprego.

Por um lado, dos resultados trimestrais do Inquérito ao Emprego, no 4º trimestre, o crescimento do emprego tinha voltado a abrandar para +1,6% (foi de +2,8% no 2º trimestre e de +2,2% no 3º trimestre) e o número de desempregados tinha aumentado +3%, mas a um ritmo inferior ao dos trimestres anteriores (+6,1% no 2º trimestre e +4,4% no 3º trimestre).

Os resultados mensais provisórios do INE, referentes a janeiro, estimam variações favoráveis quer para o emprego, com uma ténue aceleração no crescimento homólogo, para +2%, quer para o desemprego, com um decréscimo homólogo de -5,9%. Foi estimada uma taxa de desemprego de 6,5%, sem alterações face à estimativa para dezembro de 2023, o mesmo se passando com a taxa de subutilização do trabalho que se manteve inalterada em 11,6%.

Por outro lado, em termos sectoriais, os índices de emprego e de horas trabalhadas dos inquéritos de conjuntura aos empresários (valores ajustados de efeito de calendário) registaram em janeiro pequenas e distintas oscilações, nos diversos sectores. O índice de emprego: subiu para +2,3%, no comércio a retalho (+2,1% em dezembro 2023), desceu para +2,1% nos serviços (+2,5% em dezembro 23) e permaneceu igual em +0,2%, na indústria. No índice de horas trabalhadas a evolução em janeiro foi favorável em todos os sectores: no caso do retalho o aumento passou para +2,0% (+0,6% em dezembro 2023) e nos serviços passou de um decréscimo em dezembro para uma variação nula 0% (-1,3% em dez) no índice de horas trabalhadas. Na indústria a redução homóloga no índice de horas trabalhadas foi ligeiramente menor, passando para -1,9% (-2,0% em dezembro de 2023).

Segundo os resultados mais recentes do INE e a partir dos dados do MTSSS, a remuneração bruta total mensal por trabalhador, de 1670 euros, registou um aumento homólogo de 5,7% no 4º trimestre de 2023. A componente regular e a componente base da remuneração aumentaram 6,0% e 6,3%, situando-se em 1 220 Euros e 1 148 Euros, respetivamente. Em termos reais, tendo por referência a variação do Índice de Preços do Consumidor, a remuneração bruta total mensal média aumentou 4,0% e as suas componentes regular e base aumentaram 4,2% e 4,5%.

Em termos anuais, em 2023 face a 2022, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou para 1 505 Euros (6,6%), a componente regular para 1 216 Euros (6,6%) e a componente base para 1 143 Euros (6,8%).

Em termos reais, face a 2022, os aumentos foram de: 2,3%, 2,2% e 2,4%, respetivamente.

Em relação a dezembro de 2022, a remuneração bruta total mensal média aumentou segundo todas as dimensões de análise (atividade económica, dimensão de empresa, sector institucional, intensidade tecnológica e intensidade de conhecimento). Os maiores aumentos registaram-se nas "Indústrias extrativas" (10,0%), nas empresas de 1 a 4 trabalhadores (6,5%), no sector privado (6,3%) e nas empresas de "Serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento" (9,5%).

O índice de Custo Trabalho (ICT) do INE, registou um acréscimo homólogo de +5,7% no 4º trimestre de 2023 (compara com +5,1% no 3º trimestre do passado ano). Os custos salariais (por hora efectivamente trabalhada) aumentaram 5,5% e os outros custos aumentaram 6,8%.

Segundo o INE, o crescimento homólogo do ICT resultou do acréscimo de 6,1% no custo médio por trabalhador e do acréscimo de 0,4% no número de horas efectivamente trabalhadas por trabalhador.

O acréscimo no custo médio por trabalhador ocorreu em todas as atividades económicas, com a maior variação a ocorrer na Construção (+6,8%) e a menor a ocorrer na Administração Pública (5,4%).

O acréscimo nas horas efetivamente trabalhadas por trabalhador também aumentaram em todas as

IVN* Comércio e Reparação Automóvel



+1,4%

Acréscimo homólogo
Janeiro 2024

Automóveis passageiros Ligeiros novos – matrículas



+7,5%

Acréscimo homólogo
Janeiro de 2024

Mercado de Trabalho



+2,0%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Janeiro de 2024

-5,9%

Decréscimo homólogo total
de desempregados
Janeiro de 2024

Índice do Número de Horas Trabalhadas



+2,0%

Acréscimo homólogo
no Comércio a retalho
Janeiro de 2024

0%

Estagnação nos Serviços
Janeiro de 2024

IVN- Índice de Volume de Negócios

atividades económicas, com exceção da Administração Pública, onde diminuíram 0,2%. O maior acréscimo registou-se também na Construção (3,0%), e o menor ocorreu nos Serviços (0,3%).

O ICT aumentou 5,8% na Indústria, 4,9% na Construção e 5,8% nos Serviços.

No conjunto do ano de 2023 o ICT registou um acréscimo de +5,3%, a que corresponderam acréscimos de 5,0% nos custos salariais e 6,4% nos outros custos. O custo médio por trabalhador aumentou 7,1% e o número de horas efetivamente trabalhadas por trabalhador aumentou 1,8%.

No que se refere à inflação, em janeiro de 2024, a inflação homóloga mensal acelerou para 2,3% (compara com 1,42% em dezembro de 2023) e foi de 2,1% em fevereiro. A inflação anualizada em fevereiro foi de 3,33%.

Segundo o INE, a variação em fevereiro do índice de preços relativo aos produtos energéticos aumentou para 4,3% (0,2% no mês precedente) e o índice referente aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 0,8% (3,1% no mês anterior), parcialmente em consequência do efeito de base associado ao aumento de preços que se tinha registado em fevereiro de 2023 (variação mensal de 1,4%).

A inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos) foi de 2,1% em fevereiro (2,4% em janeiro).

Destacam-se as classes com maiores contribuições negativas para a variação homóloga: a do Vestuário e calçado e a dos Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação. E no sentido oposto, destacam-se as contribuições positivas da Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, dos Restaurantes e hotéis e dos Transportes.

A taxa de juro média para novos empréstimos às empresas portuguesas que em dezembro de 2023 foi de 5,76% diminuiu para 5,67% em janeiro de 2024.

As novas operações de empréstimos até 1 milhão de euros atingiram 911 milhões de euros em janeiro de 2024, menos 275 milhões do que em dezembro de 2023. Já as novas operações de empréstimos acima de 1 milhão de euros diminuíram 524 milhões de euros, para 1004 milhões de euros. Os novos contratos corresponderam a 75% do montante de novas operações de empréstimos às empresas (1429 milhões de euros); as renegociações totalizaram 485 milhões de euros.

Assinala-se a evolução recente dos seguintes indicadores:

i) Na componente do consumo:

- **O montante global dos movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor), mesmo num contexto de inflação, **registou em janeiro um decréscimo de -2,3%** (de +2,6% em dezembro de 2023).

- **O índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho** (deflacionado e ajustado de efeitos de dias úteis e sazonalidade) registou em 2023 um crescimento moderado de apenas 1,1% e a variação homóloga no primeiro mês de 2024 foi de +0,7%, coincidindo com a de dezembro do passado ano.
- **O crescimento das vendas de gasolina** (em toneladas) foi em 2023 de +11,3% (+13,7% em 2022) e de +7,4% em dezembro (+8,7% em dezembro de 2022).
- **O número de matrículas de automóveis ligeiros (novos)** aumentou +26,9% em 2023, comparativamente a 2022, tendo sido o ano mais dinâmico desde o período da pandemia, ainda que tenha ficado 10,8% abaixo do observado em 2019. No último trimestre do ano registou algumas desacelerações e no mês de janeiro de 2024 cresceu +7,5% face a janeiro de 2023.

ii) Na componente do investimento:

- **Nos veículos comerciais ligeiros**, apesar da evolução desfavorável nos primeiros 4 meses de 2023, a partir de maio registaram-se acréscimos nas matrículas muito significativos até novembro, e o crescimento no conjunto do ano foi de +20,7%. Em janeiro de 2024 o aumento homólogo, semelhante ao registado em dezembro, foi de 8,1%.
- **O acréscimo das matrículas dos veículos pesados novos, apesar de oscilante pelos diversos meses do ano, no conjunto do ano de 2023 registou um aumento homólogo de +24,8%, face a 2022. Em desaceleração desde dezembro, registou um acréscimo homólogo mensal de 15,2% no mês de janeiro de 2024.**
- **As vendas de cimento** no mercado interno, em 2023, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, **cresceram apenas +1,8%. Em janeiro de 2024 registaram um acréscimo homólogo significativo, de +23,6%.**
- **A evolução da importação de máquinas, partes e acessórios que, em agosto e setembro, registou decréscimos homólogos mensais muito acentuados (-9,1% e -11,6%), foi decrescendo cada vez menos até ao final de 2023 e registou um acréscimo no primeiro mês do corrente ano, de +1,4%. Em termos anuais a variação foi de +2,3% no conjunto do ano de 2023 e de +1,9% no conjunto dos últimos 12 meses, terminado em janeiro.**
- **A evolução da produção de bens de investimento**, segundo o respetivo índice de produção industrial (IPI), terminou o ano de 2023 com um crescimento de apenas +1,4%, tendo sido sucessivamente negativa ao longo do segundo semestre do ano. Em janeiro de 2024 registou um acréscimo homólogo de +6,7%.

O Turismo manteve-se dinâmico ao longo de todo o ano de 2023, conforme o reflete a evolução quer das estatísticas do alojamento turístico, quer das estatísticas do transporte aéreo. O seu maior dinamismo ficou a dever-se sobretudo aos não residentes, tendo contado com um contributo muito menor da componente mobilizada pelos residentes.

No alojamento turístico, quer o total de hóspedes, quer o total de dormidas atingiram novos records históricos em 2023, superando os níveis de 2019, anterior à pandemia. O total de dormidas registou um crescimento de +10,7% face a 2022 (segundo as estimativas rápidas do INE), com as dormidas de residentes a aumentarem apenas +2,1%, e as dormidas de não residentes a registarem um acréscimo homólogo de +14,9% face a 2022.

Em janeiro de 2024 a variação homóloga das dormidas de residentes foi negativa, de -2,6%, as dormidas de não residentes cresceu apenas +1,2%, pelo que o total de dormidas quase estagnou, com uma variação homóloga de -0,1%.

Sobre as deslocações dos residentes, a informação mais recente refere-se ao 3º trimestre de 2023 a qual, segundo o INE, registou um acréscimo homólogo nas viagens de residentes de apenas 0,7% (+6,1% no 2º trimestre de 2023).

As viagens em território nacional registaram um decréscimo de 3,1%, (85,2% do total de deslocações), enquanto as viagens com destino ao estrangeiro cresceram 30,3% (14,8% do total).

A par do crescimento do Turismo, no Transporte aéreo, registou-se em 2023 um crescimento homólogo de +18,9% no movimento de passageiros (12,3% acima do movimento observado em 2019). Em janeiro de 2024 voltam a atingir-se máximos históricos no número de passageiros nos aeroportos nacionais e foi de +1,6% o acréscimo homólogo observado no movimento de passageiros.

O movimento de carga e correio (em toneladas) por modo aéreo em 2023 foi semelhante ao de 2022, com uma variação de apenas +0,1%, (correspondente a +5,9% face ao observado em 2019). Em janeiro de 2024 o movimento de carga e correio cresceu +9,6%, face a janeiro de 2022.

A incerteza em torno da conjuntura internacional, e em particular das economias dos principais parceiros comerciais das empresas portuguesas exportadoras, as condições de financiamento ainda desfavoráveis, retraindo o consumo e adiando as decisões de investimento, continuam no arranque de 2024, a refletir-se desfavoravelmente do volume de negócios das empresas, ainda que se distingam dinâmicas sectoriais específicas.

No caso da indústria, o índice de volume de negócios do INE (IVNEI), depois de uma evolução sucessivamente negativa desde abril de 2023 e até ao final do ano, e de ter decrescido -3,1% no conjunto do passado ano

(ainda que se tenha mantido sempre acima do observado em 2019 - ano anterior ao da pandemia), em janeiro registou uma variação homóloga de -4,2%.

No Comércio em termos globais o IVN registou um decréscimo homólogo de -0,8% em 2023, resultado de um decréscimo de -6,1% no comércio por grosso, já que quer o comércio automóvel, quer o comércio a retalho, registaram crescimentos homólogos de +15% e +1,1%, respetivamente.

No comércio a retalho, após um crescimento no respetivo IVN de apenas +1,1%, face a 2022, refletindo a desaceleração do consumo privado a que assistimos, no passado ano, no mês de janeiro de 2024, a variação homóloga foi de apenas +0,7%.

O abrandamento do retalho foi mais acentuado no comércio alimentar (o qual cresceu apenas +0,6% em 2023), do que no retalho não alimentar (cujo IVN cresceu em 2023 +1,4%). Do mesmo modo, no retalho alimentar, o impacto do abrandamento da procura foi mais notado no comércio especializado, no qual se observou um decréscimo homólogo no IVN de -1,4%, do que no retalho alimentar não especializado, cujo IVN cresceu +0,9%.

No retalho não alimentar especializado há a destacar a evolução negativa do comércio de Produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, cujo IVN registou uma redução homóloga de -2,1% e do comércio de Bens para o lar e similares, com um decréscimo homólogo no IVN de -1,8%.

Nos Serviços (excluindo o comércio a retalho), embora também com evoluções distintas entre as diferentes atividades, o IVN global registou em 2023 uma variação homóloga de +4,4%, tendo seguido uma tendência de desaceleração ao longo de todo o passado ano. Em janeiro o índice de volume de negócios dos Serviços (IVNES) registou uma variação face a janeiro de 2023, de +2%.

Tomando por base a evolução do IVNES, do lado das atividades mais dinâmicas em 2023, salientam-se as de Alojamento (crescimento homólogo de +18,4%), as de Restauração e similares (+14,2%), as do Transporte Aéreo (+13%), as das Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas (+26,7%), e as das atividades de aluguer (+13,3%), todas elas impulsionadas em grande medida pelo forte crescimento do Turismo, seguidas das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares cujo IVN cresceu +10,5% e das Atividades administrativas e dos serviços de apoio, com uma variação homóloga no IVN de +10,4%.

Nas atividades de serviços menos dinâmicas, destaca-se com decréscimos homólogos no IVN: o comércio por grosso e o transporte terrestre e outras atividades com menos peso no total dos serviços, mas registando decréscimos acentuados: é o caso das atividades Cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão (-14,3%), das atividades de Investigação científica e de desenvolvimento (-7,7%), e as de Rádio e televisão (-2%), entre outras. ●



UMA UNIÃO EUROPEIA EM CONTÍNUA PERDA ... E A DUAS VELOCIDADES

Uma Europa a fechar-se sobre si e sem capacidade
de competir à escala global.

Quadro 1 - Evolução do PIB

Economia mundial	2023	2024
	3.1	3.1
E.U.A.	2.5	2.1
China	5.2	4.6
Índia	6.7	6.5
Rússia	3.0	2.6
Japão	1.9	0.9
U.E.	0.5	0.9
Zona Euro	0.5	0.8

Fonte: FMI, "World Economic Outlook", Jan. 2024, estimativa para 2023 e previsão para 2024, excepto para U.E. e zona euro em que a fonte são as previsões económicas da Comissão Europeia, Fev. 2024.

Com um crescimento quase nulo em 2023, a U.E. destaca-se pela negativa das restantes grandes economias mundiais, com a Comissão Europeia a reconhecer que a «economia da U.E. entra assim em 2024 numa situação mais fraca do que o anteriormente esperado. Depois de evitar uma recessão no 2º semestre do ano passado, as perspectivas para o 1º trimestre de 2024 permanecem moderadas».

Na realidade, as previsões para o presente ano continuam a apontar para um crescimento muito medíocre do conjunto da U.E. - mesmo não incorporando um cenário de agravamento das tensões geopolíticas, com a Europa está a envolver-se de forma crescente na guerra russos-ucraniana sem que se vislumbre uma solução próxima - num contexto de ligeira desaceleração das principais economias com que concorre (principalmente, E.U.A. e China), e em que todas elas registam previsões acima dos 2% (excepção para o Japão).

É, aliás, de destacar o comportamento muito negativo das principais economias europeias com especial

relevo para a Alemanha que regista uma contracção do PIB de -0.3% em 2023 e com os números a indicarem que no somatório dos dois anos referenciados (23 e 24) a estagnação da economia alemã é, o melhor cenário previsto pela própria Comissão Europeia.

Em contraponto, merece referência o crescimento da economia russa, em relação à qual a U.E. decretou em 2023 um vasto conjunto de sanções económicas, esperando poder estrangular a economia russa, que, no entanto, teve um crescimento do PIB de 3.0% (com uma previsão de 2.6% em 2024), beneficiando do aumento dos preços dos produtos que exporta e que, de imediato, encontrou mercados alternativos (desde logo, a Índia).

O efeito «boomerang» das medidas sobre a Europa da U.E., traduziu-se em inflação, em quebras nas exportações e num aumento dos preços das importações, com várias economias a entrarem em recessão em 2023.

Quadro 2 - Taxa de variação do PIB entre 2000 e 2022 (em média anual)

China	E.U.A.	U.E 27	Zona Euro	Portugal
8.7	2.3	1.4	1.1	0.7

Se os números dos anos mais recentes evidenciam, em parte, as dificuldades da presente conjuntura, quando olhamos para a evolução que ocorreu, desde o início do século percebemos que o problema da economia da U.E. não é apenas conjuntural. Há pelo menos duas décadas que a economia europeia vem crescendo muito abaixo das suas principais competidoras à escala global: a China que consegue (com uma média anual de crescimento do PIB de 8.7% entre 2000 e 2022 e os próprios E.U.A., onde teve origem a crise financeira de 2008 e que foram fortemente atingidos pelo COVID, que mantiveram um crescimento anual, em média, acima dos 2%.

Estes números deveriam merecer uma reflexão profunda por parte dos responsáveis da U.E., mas infelizmente, tal não tem vindo a suceder e a recente decisão do BCE de manter as suas taxas de juro, apesar da descida da inflação, são um sinal claro disso mesmo. Em Portugal, o tema também não está presente no debate político como ficou evidente na recente campanha eleitoral.

Olhando para a evolução do PIB nos 27 países da U.E. ressalta, igualmente, a existência de uma Europa a duas velocidades, e que podemos agregar em dois conjuntos de países: os que crescem claramente abaixo dos 2% (que inclui 11 países que tiveram uma economia em recessão em 2023) e os que crescem em valores próximos ou claramente acima dos 2%.

Com as previsões da Comissão Europeia para 2024 e 2025 (e, repetimo-lo, admitindo um cenário de não agravamento dos conflitos militares a leste), temos no primeiro grupo: as maiores economias da U.E. (Alemanha, França, Itália e Espanha), os países do norte da Europa (Finlândia, Suécia Dinamarca, Holanda e Bélgica), a que se juntam o Luxemburgo e a Áustria e um país da coesão que é Portugal. No segundo grupo, com crescimentos bem mais robustos, encontram-se os restantes 15 países, onde estão: a totalidade dos países do leste e as economias da Irlanda, Grécia, Chipre e Malta, ou seja, no geral, os países do "campeonato" em que Portugal participa mais directamente. Portugal, com uma previsão de crescimento por parte da C.E. de 1.5% no conjunto dos próximos dois anos (2024 e 2025), fica longe das economias cujo nível de desenvolvimento está

mais próximo do nosso (medido pelo PIB per capita em p.p.c.). Com este cenário, Portugal que no final de 2022 ocupava 20ª posição no conjunto da U.E. 27 no PIB per capita, com 79% da média europeia, será certamente ultrapassado por vários dos que se encontram ainda atrás de nós: Hungria e Roménia, provavelmente até 2025 e, no médio prazo, Letónia, Croácia e Eslováquia tudo indica que também nos ultrapassarão; um pouco mais distantes ficam apenas a Grécia e a Bulgária, que irão fechar connosco a retaguarda europeia em matéria de desenvolvimento (e ambos, igualmente, com crescimentos previstos bem acima do nosso).

Por outro lado, a quebra das grandes economias da U.E. permitem-nos manter a distância para a média europeia, criando a falsa noção de que estamos no bom caminho. A verdade é que vamos ser atingidos severamente nas nossas exportações, quando os três principais mercados de destino das mesmas (Espanha, Alemanha e França) irão ter um crescimento, em dois anos, de cerca de 1.2% ao ano, o que provoca um fraco crescimento da nossa procura externa relevante, indicador de referência na ausência de ganhos de quota de mercado por parte do nosso país.

Voltando à situação global da U.E., concluímos com um quadro elucidativo sobre o desempenho da mesma no que se refere aos dois grandes objectivos que comandam a política europeia: a "transição digital" e a "transição climática".

Por este desempenho se vê a diferença no cumprimento dos dois objectivos fixados: enquanto na "transição digital" a grande maioria dos países não consegue cumprir as metas fixadas (20 países), na "transição climática" são poucos os que ficam abaixo das metas, com vários casos de países a superarem as mesmas. E o ponto principal que importa destacar é que ambas as transições estão ligadas, ou seja, a transição digital é mesmo a única capaz de assegurar a «sustentabilidade competitiva» que a C.E. proclama, ao conjugar uma economia menos dependente de fontes de energia fósseis com uma economia com maior produtividade e capacidade inovadora, o que a mera "transição climática" não consegue, pois apenas garante que se produz mais do mesmo com custos acrescidos. ●



Quadro 3 - Metas para 2020 da U.E.: resultados por país

País	Objectivo "Transição Digital"	Objectivo: "transição climática"		
	Despesas em I e D (em % do PIB)	Emissão de Gases com efeito de estufa	Consumo de energias renováveis	Consumo de energia final
Rep. Checa	●	●	●	●
Letónia	●	●	●	●
Estónia	●	●	●	●
Dinamarca	●	●	●	●
Grécia	●	●	●	●
Itália	●	●	●	●
Lituânia	●	●	●	●
Países Baixos	●	●	●	●
Eslovénia	●	●	●	●
Croácia	●	●	●	●
Polónia	●	●	●	●
Portugal	●	●	●	●
Suécia	●	●	●	●
Bélgica	●	●	●	●
Irlanda	●	●	●	●
Espanha	●	●	●	●
Chipre	●	●	●	●
Luxemburgo	●	●	●	●
Hungria	●	●	●	●
Malta	●	●	●	●
Áustria	●	●	●	●
Roménia	●	●	●	●
Alemanha	●	●	●	●
Eslováquia	●	●	●	●
Finlândia	●	●	●	●
França	●	●	●	●
Bulgária	●	●	●	●
Quantos países alcançaram a meta?	7	22	26	19

● Alcançada ● Não alcançada

Fonte: Eurostat, Pordata

AS POLÍTICAS



A DECLARAÇÃO LA HULPE CONTRIBUTOS DA SMEUNITED

A Presidência Belga do Conselho da União Europeia (UE) está a consultar os parceiros sociais da UE, o Parlamento Europeu, o Comité do Emprego e da Proteção Social, o Comité Económico e Social Europeu e representantes da sociedade civil para preparar uma declaração interinstitucional sobre a futura Agenda Social da União Europeia, a ser assinada durante uma conferência de alto nível que terá lugar em La Hulpe (Bélgica), a realizar-se a 15 e 16 de abril de 2024.

Com esta declaração, a Presidência Belga pretende preparar a Agenda Social Europeia 2024-2029, reafirmando o Pilar Europeu dos Direitos Sociais como principal bússola para o desenvolvimento das políticas de emprego e das questões sociais europeias.

A SMEUnited, Parceiro Social Europeu Patronal em que a CCP está filiada, preparou já um documento com um conjunto de mensagens-chave que são partilhadas pela CCP e que descrevemos de seguida.

Mensagens-chave da SMEUnited para a Declaração La Hulpe

A SMEUnited apoia o compromisso político da Presidência Belga do Conselho da UE para garantir que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) continue a ser a bússola para a Agenda Social Europeia no período 2024-2025.

A SMEUnited confirma o seu apoio político ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais como fundamento e bússola da Europa Social.

A SMEUnited vê valor acrescentado numa conferência dedicada ao tema em questão e na assinatura de uma declaração interinstitucional em La Hulpe, nos dias 15 e 16 de abril.

A SMEUnited recomenda o desenvolvimento de uma declaração que esteja em linha com os processos políticos actualmente implementados pelo Conselho com vista à adopção da próxima Agenda Estratégica.

A SMEUnited aconselha vivamente uma declaração que estabeleça um equilíbrio justo entre as dimensões económica e social, tendo em consideração o desempenho atual das PME afetadas pela crise da COVID e pela crise energética. Há uma forte necessidade de reconstruir um tecido económico capaz de cumprir os objectivos sociais.

A SMEUnited convida a Presidência Belga a reconhecer o papel crucial do diálogo social a todos os níveis para cumprir vários princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, como por exemplo a educação e a formação, as condições de trabalho e o desempenho do mercado de trabalho.

A SMEUnited defende uma declaração que se concentre em objetivos, princípios e num compromisso político para a implementação das diversas iniciativas já adotadas para cada princípio do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em vez de propor novas iniciativas. A revisão do Plano de Acção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais está prevista para 2025 e este é o momento certo para recolher contributos para qualquer futura iniciativa legislativa ou não legislativa necessária.

Comentários sobre a estrutura da Declaração 'La Hulpe'

A SMEUnited concorda com a estrutura proposta para a Declaração, apresentada pela Presidência Belga na reunião de 5 de dezembro de 2023. Incluir uma primeira parte centrada na reafirmação de princípios e tendências fundamentais e uma segunda parte num eixo específico com objetivos e com-

promissos políticos é uma boa abordagem. A SMEUnited recomenda manter o texto da Declaração curto e centrado nos princípios e objetivos políticos, em vez de introduzir novas propostas legislativas e não legislativas concretas sobre os vários princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Contributos para a primeira parte da Declaração

Em Outubro passado, a SMEUnited adoptou as suas prioridades políticas «Artesanato e PME: impulsionando as transições» para as próximas eleições europeias. As PME instam as instituições europeias a considerarem as características específicas das pequenas e médias empresas, para que possam impulsionar a transição verde e digital. Para alcançar uma transição dupla bem-sucedida, as PME pedem:

1. Um quadro regulamentar empresarial adequado
2. Uma competitividade (global) reforçada
3. Uma força de trabalho qualificada
4. Um incentivo a uma abordagem ecológica
5. Financiamento para a dupla transição e investimentos
6. Acesso justo aos mercados (digitais)
7. Um ambiente económico estável

As PME têm as seguintes prioridades para a Europa Social, incluindo:

Reduzir a escassez de mão de obra

Nas últimas décadas, cada vez mais setores e profissões enfrentam escassez de mão de obra. As alterações demográficas na UE diminuirão ainda mais o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho nos próximos anos, ameaçando a sobrevivência de muitas PME.

Portanto, a SMEUnited solicita:

- Políticas ativas de mercado de trabalho direcionadas para pessoas inativas e políticas para tornar o trabalho compensador;
- Medidas preventivas para evitar que as pessoas saiam do mercado de trabalho ou da educação;
- Melhor cooperação entre os serviços públicos de emprego e as PME: as PME necessitam de serviços e informações mais direcionados a nível regional ou local para encontrar os candidatos certos para um emprego e garantir uma melhor correspondência entre competências;

- Estruturas de cuidados adequadas para pessoas com funções de cuidado;
- Vias legais para nacionais de países terceiros virem trabalhar nos países da UE e procedimentos simples de reconhecimento;
- Rotas de integração holística para migrantes e refugiados que já se encontram na UE, com base numa abordagem multilateral;
- Apoio eficaz para garantir transferências de negócios entre gerações;
- Aumento dos esforços para apoiar os futuros empreendedores na criação de empresas, em particular visando as mulheres e os migrantes como potenciais empreendedores.

Aprendizagem ao Longo da Vida

Apesar do elevado número de iniciativas adotadas nos mandatos políticos anteriores, são necessários mais esforços para mudar para uma mentalidade de aprendizagem ao longo do ciclo de vida e para valorizar os próprios talentos individuais.

Portanto, a SMEunited solicita:

- Promover reformas dos sistemas de educação inicial para incluir uma aprendizagem mais prática e promover talentos individuais;
- Incluir competências de empreendedorismo nos percursos de ensino obrigatório desde tenra idade;
- Garantir bons serviços de orientação para jovens e adultos;
- Promover a mobilidade transnacional para aprendizes e jovens profissionais através de uma maior ênfase do Erasmus+ nas necessidades especiais dos alunos na EFP;
- Construir e promover parcerias mais estreitas entre os intervenientes na educação e formação e as PME, envolvendo-os devidamente na governação dos sistemas de ensino e formação profissional (EFP) a todos os níveis;
- Melhorar a imagem da EFP, incluindo a EFP superior e a aprendizagem, e contribuir para aumentar a paridade de estima entre o ensino profissional e académico;
- Envolver as PME e todos os intervenientes relevantes na governação das políticas e ferramentas de previsão de competências;
- Fornecer incentivos adequados às PME para

que invistam na melhoria de competências e na requalificação e promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida para empresários e trabalhadores;

- Facilitar o reconhecimento de competências e qualificações tanto dentro da UE como para nacionais de países terceiros;
- Aumentar o apoio financeiro através de fundos da UE, da aprendizagem mútua e do intercâmbio de boas práticas a nível europeu.

A SMEunited trabalhou intensamente na questão das competências e da escassez de mão de obra em 2022 e 2023, no âmbito do Ano Europeu da Juventude e do Ano Europeu das Competências.

Apoiar o diálogo social para concretizar

O diálogo social é a base da nossa democracia e economia, e os parceiros sociais são os mais bem colocados para enfrentar os desafios e acompanhar as mudanças no mercado de trabalho. Em vários Estados-Membros, os parceiros sociais e as organizações de PME necessitam do apoio das autoridades públicas para o desenvolvimento de capacidades, a fim de contribuir ativamente para as reformas e o diálogo social.

Portanto, a SMEunited solicita:

- Implementação adequada da Recomendação do Conselho sobre o reforço do diálogo social;
- Apoio adequado através de financiamento e aprendizagem mútua para o desenvolvimento da capacidade dos parceiros sociais que representam os empregadores das PME;
- Espaço suficiente e um ambiente propício a nível europeu para que o diálogo social possa ser concretizado.

Uma União que promove uma mobilidade justa

Facilitar a mobilidade intra-UE

A livre circulação de trabalhadores e a liberdade de prestação de serviços são fundamentais para a prestação de serviços transnacionais no mercado único da UE. Para as PME, poder usufruir desta liberdade é fundamental para a sua atividade económica. A SMEunited vê o trabalho da Autoridade Europeia do Trabalho como um apoio válido para continuar a reduzir os obstáculos associados à mobilidade intra-UE.

Portanto, a SMEunited solicita:

- Evitar a duplicação de procedimentos para os empregadores das PME;

- Continuar a trabalhar no sentido da digitalização dos sistemas de segurança social nos diferentes Estados-Membros e da sua interoperabilidade;
- Fornecer material informativo fácil de usar e adaptado às especificidades das PME;
- Facilitar os procedimentos de reconhecimento de competências e qualificações.

Empreendedorismo: uma oportunidade para todos

Há muitos talentos inexplorados na nossa sociedade, com pessoas que têm grandes ideias de negócio e não têm a oportunidade ou a confiança para lançar o seu projeto. A SMEUnited defende que sejam implementadas as seguintes medidas de apoio a novos empreendedores junto das pessoas que enfrentam dificuldades na criação da sua empresa:

- Incentivar uma cultura empresarial favorável às mulheres/migrantes/etc;
- Criar redes para intercâmbio de melhores práticas sobre acesso ao financiamento;
- Fornecer incentivos para o lançamento de novos negócios;
- Apoiar futuros e novos empreendedores a aderirem a uma organização empresarial e criar redes dedicadas a aumentar a autoconfiança e a educação financeira.

Sistemas de segurança social eficazes

As alterações demográficas e as crises externas têm um impacto significativo nos sistemas de segurança social. As reformas estruturais são necessárias para manter o crescimento, o emprego e a competitividade e para garantir a sustentabilidade dos sistemas de proteção social.

Portanto, a SMEUnited solicita:

- Melhor acesso à proteção social para os trabalhadores independentes e portabilidade de direitos;
- Reformas dos sistemas de pensões para permitir que empresários e trabalhadores trabalhem após a idade da reforma;
- Melhor coordenação entre os Estados-Membros para garantir um sistema único de garantias mínimas, mantendo simultaneamente as prerrogativas nacionais na gestão dos sistemas de segurança social;

- Pleno envolvimento dos parceiros sociais a todos os níveis nas reformas da proteção social.

Combater os estereótipos de género

A SMEUnited sublinha o papel dos estereótipos de género na limitação da participação das mulheres no mercado de trabalho e em todos os setores da economia. Os estereótipos de género estão enraizados em atitudes e crenças, por isso a SMEUnited acredita que é necessário tomar medidas importantes a todos os níveis para aumentar a consciencialização dos indivíduos. A reflexão individual, juntamente com um forte compromisso de todas as partes interessadas da sociedade, são os dois pilares fundamentais para erradicar os estereótipos de género.

Portanto, a SMEUnited solicita:

- Combater os estereótipos de género com uma abordagem de ciclo de vida, começando pela educação desde tenra idade, no local de trabalho, na tomada de decisões e em casa;
- Realizar campanhas com as autoridades públicas relevantes e prestadores de ensino privados para atrair mais mulheres aos estudos e ao ensino e formação profissional, em particular nas profissões que ainda são altamente masculinizadas;
- Promover o empreendedorismo e cargos de gestão superior para mulheres;
- Apoiar as PME na implementação de ações no local de trabalho, tais como formações e adoção de medidas para abordar o sexismo no trabalho. ●





COMPETITIVIDADE E CUSTO FISCAL DO TRABALHO

Num estudo recentemente publicado pela CCP¹, o Professor Augusto Mateus demonstra com clareza que os fatores chave da promoção da competitividade são, nas condições de produção e concorrência vigentes, crescentemente moldados por ativos intangíveis tais como os que resultam do investimento em cultura, ciência, conhecimento e inovação tecnológica, relativamente à influência que possa ter o investimento em capital físico. Esta conclusão não retira porém importância aos custos do trabalho como fator de competitividade pois, apesar da crescente diversificação do nosso padrão de exportações, estas continuam a assentar em grande medida em bens e serviços com forte incorporação do fator trabalho. Para uma grande parte dos setores transacionáveis da nossa economia, continua a fazer sentido que a competitividade pelo custo, com particular atenção ao custo total do trabalho, seja o fator decisivo na escolha de fornecedor, de parceiro estratégico ou de localização de IDE.

Como é sabido, os custos totais em trabalho subdividem-se em duas grandes categoriais: os custos salariais diretos e os custos indiretos, de que os custos fiscais constituem de longe a maior parte, sendo ainda de considerar as componentes de natureza não fiscal, tais como benefícios e prestações em género (tickets refeição, refeitórios, serviços de transporte), os custos de formação e os relacionados com a saúde e segurança no trabalho.

A análise da evolução recente da variação homóloga do índice de custo do trabalho (ICT), publicado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia revela que em 2023, o ICT aumentou 5,3%, devido a acréscimos de 5,0% nos custos salariais e de 6,4% nos outros custos do trabalho. Desde 2020 os custos indiretos têm aumentado mais do que os custos salariais, como mostra o gráfico 1 publicado pelo GEE.

¹O Comércio e Serviços na Competitividade e Internacionalização da Economia Portuguesa¹. Dezembro de 2023.

Gráfico 1 - Variação homóloga do ICT por componentes



Várias publicações ilustram as dificuldades com que a economia portuguesa se depara nas comparações internacionais de competitividade. O IMD (*International Institute for Management Development*) publica anualmente um índice global de competitividade construído com base numa bateria de indicadores que cobrem o desempenho económico, a eficiência governativa, a eficiência dos mercados e a qualidade das infraestruturas. De acordo com o ranking de 2023, Portugal ocupa a 39ª posição num conjunto de 64 países, e a 34ª posição no conjunto de 40 países com PIB *per capita* superior a 20 mil USD. O conjunto de critérios em que Portugal apresenta a melhor classificação relativa são os relacionados com o quadro social, a saúde e o ambiente, a educação e as infraestruturas científicas. Entre os critérios em que a classificação é mais baixa, des-

tacam-se pela negativa a política fiscal, em que o país ocupa a 54ª posição, o mercado de trabalho e a qualidade da gestão empresarial, critérios em que o país ocupa a 51ª posição.

Também a evolução dos custos unitários em trabalho revela uma tendência desfavorável à competitividade externa da economia portuguesa. No Gráfico 2, retirado dos dados mais recentes publicados pelo Banco de Portugal, representam-se as taxas de variação homóloga do custo unitário do trabalho (CUT), ou seja, o rácio entre as variações do salário médio e da produtividade, para o período entre 2011 e 2022. Verifica-se que desde 2016 o CUT em Portugal tem sempre aumentado mais do que a média da zona Euro, à exceção de 2022².

Gráfico 2 - Evolução compara do custo unitário do trabalho em Portugal e na zona Euro, 2011-2022



² Neste ano, muitos países europeus indexaram os salários ao aumento da inflação, por via da contratação coletiva, com efeito na subida do salário médio.

A dimensão do hiato fiscal traduz o grau da distorção produzida pelo regime fiscal no funcionamento do mercado de trabalho. Para o empregador, um elevado hiato fiscal condiciona negativamente a sua possibilidade de contratar mais pessoal e pesa sobre os respetivos custos de produção o que pode dificultar a sua posição competitiva nos mercados externos. Funciona como incentivo à fuga das responsabilidades contributivas e fiscais, através da contratação em regime de prestação de serviços ou outros de elevada precaridade (sucessivos contratos de aprendizagem, recurso a plataformas digitais, etc.). Para o trabalhador, um elevado hiato fiscal desencoraja a procura de trabalho, sobretudo se a margem entre salário líquido e prestações sociais é

estrita, o que é frequente nos escalões mais baixos de rendimentos. Um elevado hiato fiscal é considerado pela generalidade dos economistas como um fator explicativo do desemprego estrutural.

A OCDE publica anualmente um relatório sobre os níveis de fiscalidade que recaem sobre o trabalho, com o título de "Taxing Wages". Retiramos da edição de 2023 um conjunto de dados esclarecedores sobre a situação relativa de Portugal. O Quadro 1 apresenta os valores do hiato fiscal médio em Portugal e na OCDE e das respetivas componentes, para o caso de um trabalhador isolado remunerado ao nível do salário médio em 2022.

Quadro 1 - Hiato fiscal, Portugal e média da OCDE, 2022 em Portugal e na zona Euro, 2011-2022

	Hiato fiscal total	Imposto s/ rendimento	Contribuições sociais		Custo do trabalho USD PPS
			trabalhador	empregador	
Portugal	41.9%	13.9%	8.9%	19.2%	47.700\$
OCDE	34.6%	13.0%	8.2%	13.4%	60.522\$

Com um hiato fiscal médio de 41,9%, a mais de 7 pontos percentuais acima da média, Portugal situava-se em 2022 no quartil superior do conjunto dos países da OCDE. É de salientar o fato de serem as contribuições sociais a cargo do empregador o fator mais importante na determinação deste valor do hiato fiscal, sendo a diferença em relação à média da OCDE claramente mais elevada do que nas outras componentes. À exceção da Eslovénia, todos os países membros da UE que acederam após 2000

revelam hiatos fiscais inferiores ao de Portugal, juntamente com a Espanha e a Grécia.

O Quadro 2 apresenta os valores do hiato fiscal médio para vários casos diferenciados em função da situação familiar do trabalhador e do nível salarial do trabalhador e do cônjuge sendo casado. Portugal apresenta para todos os casos valores superiores aos das médias da OCDE e dos 22 países da UE que são membros desta organização.



Quadro 2 - Hiato fiscal, várias situações familiares e níveis de remuneração, 2022

	Isolado	Isolado	Isolado	Solteiro 2 filhos	Casado 2 filhos	Casado 2 filhos	Casado 2 filhos	Casado s/ filhos
	67 % SM	100 % SM	167 % SM	67% SM	100%-0% SM (*)	100%-67% SM (*)	100% SM (*)	100%-67 % SM (*)
Portugal	38,0%	41,9%	47,7%	25,7%	31,6%	37,5%	39,7%	40,2%
OCDE	30,7%	34,6%	39,0%	16,6%	25,6%	29,4%	31,6%	33,0%
OCDE-UE 22	36,8%	41,2%	45,7%	20,2%	29,9%	34,6%	37,2%	39,4%

SM = salário médio

(*) - As percentagens indicam os salários dos dois membros do casal

É de salientar o aumento pronunciado do hiato fiscal médio com o nível de remuneração, em reflexo da natureza progressiva do imposto sobre o rendimento pessoal. Em contrapartida, é modesta a redução do hiato fiscal em função da existência ou não de filhos. Em relação às médias dos países da UE membros da OCDE, e da OCDE, a maior diferença situa-se nos casos do/a trabalhador/a solteiro/a com 2 filhos, respetivamente 5,5 e 9,1 pontos percentuais.

Os valores do hiato fiscal marginal estão representados no Quadro 3 para os mesmos casos representados no Quadro anterior. Significam que, se o empregador decidir aumentar o salário bruto do trabalhador em 100 euros, apenas 49 euros revertem para o bolso deste, no caso de se tratar de um trabalhador isolado remunerado ao nível médio. As diferenças dos valores apurados são mais marcantes em relação à média dos países da OCDE do que em relação à média dos países europeus.

Quadro 3 - Hiato fiscal marginal, várias situações familiares e níveis de remuneração, 2022

	Isolado 67 % SM	Isolado 100 % SM	Isolado 167 % SM	Solteiro 2 filhos 67% SM	Casado 2 filhos 100-0% SM	Casado 2 filhos 100-67% SM	Casado 2 filhos 100-100 % SM	Casado sem filhos 100-67 % SM
Portugal	46,7	51,1	58	46,7	46,7	49,5	51,1	49,5
OCDE	40,7	43,6	45,9	45,4	42,5	43,1	43,6	42,9
OCDE-EU 22	48,4	51,4	52,1	49,6	48,5	50,5	50,9	50,7

Os Gráficos 3-A e 3-B representam os valores do hiato fiscal em vários anos entre 2000 e 2022, para Portugal, a OCDE e o conjunto dos países membros da OCDE e da UE, respetivamente para o caso do trabalhador isolado com remuneração igual à média

e o trabalhador casado com 2 filhos em que os dois membros do casal trabalham e as remunerações são diferentes (100% da média para um membro e 67% para o outro).

Gráfico 3A - Evolução do hiato fiscal médio para trabalhador isolado, com remuneração igual à média, 2000-2022

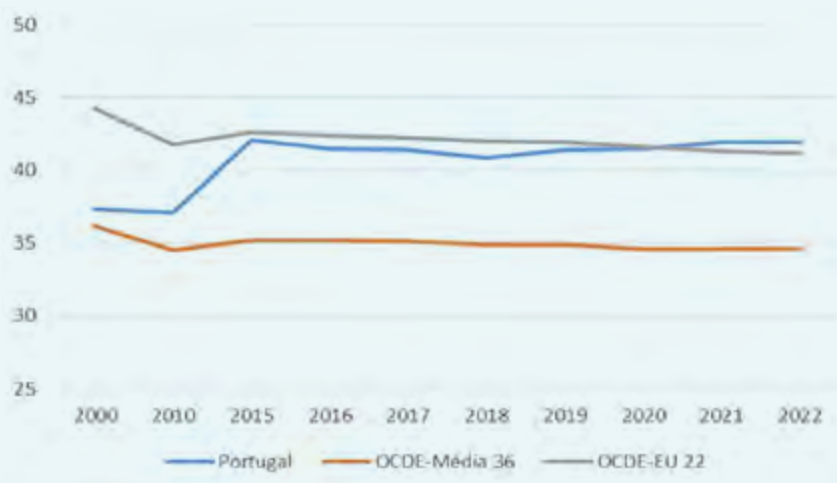
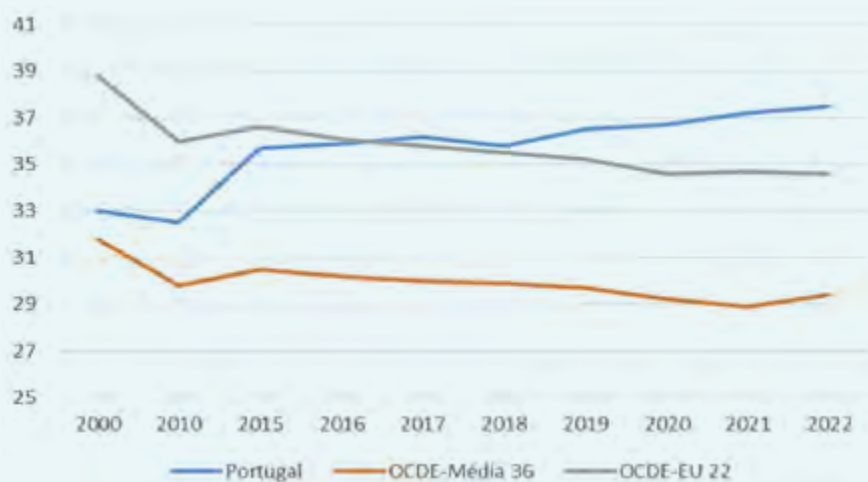


Gráfico 3B - Evolução do hiato fiscal médio para trabalhador casado com 2 filhos, com remunerações iguais à média e a 67% da média, 2000-2022



O hiato fiscal médio em Portugal aumentou rapidamente entre 2010 e 2015, em resultado da introdução da CES em 2011, e do aumento das taxas do imposto sobre o rendimento verificado em 2013, mas esta tendência crescente prosseguiu, embora mais lentamente, a partir de 2018, de forma mais pronunciada para o caso do trabalhador casado com filhos.

Em contrapartida, a tendência ao longo das duas últimas décadas, ao nível da OCDE, e dos países da UE membros da OCDE, tem sido no sentido da redução gradual do hiato fiscal sobre o trabalho. Consequentemente, Portugal alterou a sua posição relativamente aos países europeus da OCDE, deixando de ser um país de baixa tributação do trabalho para passar a ser um país de média/elevada tributação.

Que conclusões podemos retirar destes números?

1. O hiato fiscal, que mede a diferença entre o que o empregador paga e o que o trabalhador recebe, é mais elevado em Portugal do que na grande maioria dos países com que se compara no contexto da OCDE e da UE.
2. Este resultado é transversal a todas as situações familiares e níveis de rendimento, sendo no entanto mais pronunciado no caso de trabalhadores solteiros com filhos.
3. Por cada aumento de 100 euros no salário bruto de um trabalhador isolado com um nível salarial médio, 49 euros revertem para o bolso deste e 51 euros para o fisco.
4. Enquanto na maioria dos países da OCDE e da UE, o hiato fiscal tem vindo a diminuir, em Portugal tem vindo a aumentar mesmo depois do período de intervenção da troika, o que poderá ser resultado da política de manutenção dos escalões de IRS em combinação com o nível elevado das taxas marginais.

Uma diferença tão elevada entre o custo do trabalho para o empregador e o rendimento líquido do trabalhador ajuda a explicar não só a evolução desfavorável dos índices de competitividade da economia, como também a escassez da oferta de mão-de-obra nacional e a forte emigração, em particular de pessoal com níveis de qualificação médios e elevados. ●

O hiato fiscal, que mede a diferença entre o que o empregador paga e o que o trabalhador recebe, é mais elevado em Portugal do que na grande maioria dos países com que se compara no contexto da OCDE e da UE.



AS POLÍTICAS



DEPOIS DOS OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE (SDG) AS COMPETÊNCIAS (IDG)

A favor da sustentabilidade existe um novo movimento que defende que os objetivos de desenvolvimento sustentável (SDG) propostos pelas Nações Unidas precisam de ser complementados pelos objetivos de desenvolvimento interior (IDG), capacitando as pessoas para liderar processos de transformação e desafios complexos.

Em 2015 as Nações Unidas definiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e iniciaram um processo de transformação dos modelos de crescimento baseados na visão de um mundo sustentável até 2030. Um processo ambicioso, utópico para os céticos e lento para as expectativas dos crentes na necessidade desta abordagem, mas que gradualmente se tem vindo a afirmar.

A lógica de avaliação da riqueza dos países com base no PIB (proposto por Simon Kuznets em 1934 para o governo dos EUA) começa a ser confrontada com a necessidade de alterar profundamente o padrão de competitividade da economia, passando de uma lógica de utilização intensiva de produção de bens e serviços e de recursos consumidos, para novas abordagens de economia circular, baseadas no respeito pelos limites da capacidade do planeta.

As empresas são cada vez mais pressionadas, pelas dinâmicas de consumo, pelas alterações dos valores e comportamento dos colaboradores e pelas obrigações regulamentares para apresentarem práticas de gestão sustentável. Atualmente existem diretivas europeias que impõem a responsabilização da gestão de topo, na obrigação de inclusão no relatório de gestão (para já apenas) das grandes empresas dos domínios ESG (Environmental, Social and Governance), o respeito pelo ambiente e a necessidade de eliminação de práticas de dumping social ao longo das cadeias de valor das grandes empresas, obrigando à identificação, prevenção e atuação sobre potenciais efeitos negativos, incluindo no processo as PME que as integram. O Banco Central Europeu impõe regras sobre o acesso a financiamento e, consequentemente, sobre as taxas de juro dos empréstimos, obrigando as empresas a começarem a trabalhar de forma consistente as suas práticas ESG.

Enganam-se os que pensam que este é apenas um movimento europeu, os EUA, o Japão e a China (sim, a China tem vários programas em curso sobre a prevenção da poluição, gestão ambiental, economia circular, iniciativas de reciclagem e resíduos, energias renováveis ou de "green finance", promovendo nas empresas impacto ambiental positivo), não estão de braços cruzados.

Contudo, apesar dos progressos a favor de um mundo mais sustentável, há que reconhecer que todo este processo de transformação está ainda numa fase embrionária e o aumento da escalada de conflitos internacional traz novas e profundas inquietações para a agenda.

Iniciativa da Fundação IDG

Reconhecendo que os progressos não estão a ocorrer com a rapidez necessária e que há uma urgência para aumentar as capacidades coletivas para enfrentar e lidar eficazmente com desafios complexos, surgiu a iniciativa a favor dos Objetivos de Desenvolvimento Interior (IDG - Inner Development Goals) - uma iniciativa sem fins lucrativos e de código aberto dedicada a promover o desenvolvimento interior para um futuro mais sustentável.

A visão é complementar aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) com a consciência de que é necessário avançar com uma perspetiva de desenvolvimento interior (IDG), em que as pessoas são desafiadas a "florescer" na sua globalidade (incluindo perspetivas educacionais, espirituais, culturais, criativas, etc.), sendo elas os principais agentes de transformação.

Este movimento iniciado em 2020, deu origem, em novembro de 2023, à Fundação IDG com a ideia de apoiar a transformação das competências para a sustentabilidade: - "nós pesquisamos, compilamos e comunicamos competências e qualidades baseadas na ciência que nos ajudam a viver vidas com propósito, sustentáveis e produtivas".

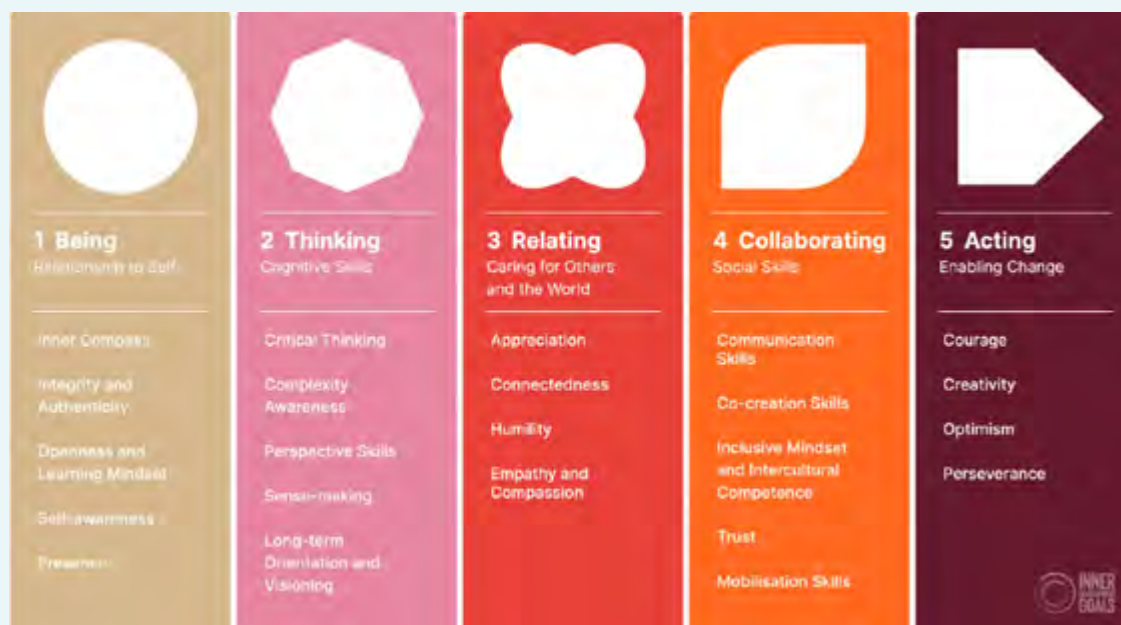
As competências para a sustentabilidade

O referencial identifica cinco dimensões e 23 competências de crescimento e desenvolvimento interior. Na primeira dimensão - "Being" - aborda aspetos associados ao desenvolvimento interior que geram equilíbrio pessoal, responsabilidade e compromisso com valores e causas associadas ao desenvolvimento coletivo.

Na segunda dimensão - "Thinking" - as competências relacionadas com o pensamento crítico, destacando a importância da consciência, compreensão e habilidade para trabalhar com condições e causalidades complexas e sistémicas, perspetivas contrastantes e visão de longo prazo.

A terceira dimensão refere-se aos relacionamentos - "Relating" -, defendendo esta abordagem valores como a capacidade de relacionamento consigo próprio, com os outros, com o mundo e com a natureza e o desenvolvimento do sentido de apreciação, gratidão e alegria.

Competências pessoais para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Fundação IDG (<https://innerdevelopmentgoals.org/framework/>)

Outra dimensão está relacionada com o desenvolvimento de competências colaborativas – “Collaborating” – entre as partes interessadas, destacando a importância da mentalidade inclusiva e intercultural, a capacidade de construir soluções em co-criação, mobilizando os outros para propósitos partilhados, com otimismo e capacidade de agir com persistência em tempos incertos.

Finalmente, a quinta dimensão – “Acting” – sublinha a relevância de qualidades como coragem e otimismo que ajudam a romper padrões antigos, gerar ideias originais e agir com persistência em tempos incertos.

Um salto para as conquistas coletivas e para a produtividade

A Fundação IDG acredita que este novo quadro conceitual pode ser usado como ponto de partida para explorar competências e qualificações individuais, mas também coletivas, atuando sobre a cultura das organizações, podendo apoiar e promover o seu desenvolvimento.

Ao nível empresarial os novos desafios competitivos colocam no centro das estratégias a importância da

captação e retenção de pessoas talentosas, o que requer uma melhor compreensão das necessidades dos seus colaboradores, quer no que se refere aos formatos híbridos de colaboração, mas fundamentalmente o que está por detrás destas opções, nomeadamente novas filosofias de vida, mais equilíbrio entre a perspetiva laboral e pessoal, propósito da atividade, respeito pelo ambiente e causas sociais, participação nos processos criativos e de construção de soluções que gerem e capturam valor.

Nesta perspetiva, emerge a importância da abordagem holística proposta pelos IDG, identificando-se a oportunidade inovadora de conciliar o desenvolvimento individual das pessoas com a produtividade das empresas, promovendo uma cultura organizacional baseada no compromisso, a eficácia no processo de tomada de decisão, processos colaborativos de descoberta das necessidades dos clientes e de inovação, ambiente de trabalho positivo, hábil na resolução de conflitos, resiliente às crises e capaz de responder às incertezas decorrentes das alterações no meio competitivo.

Existe algum gestor capaz de desprezar estes valores? ●

OS DESAFIOS



A IMIGRAÇÃO E OS NOVOS RESIDENTES EM PORTUGAL – UMA ANÁLISE

Sendo a imigração um tema da actualidade, é relevante conhecer a realidade da dinâmica de atracção de imigrantes e novos residentes do nosso país.

Na sequência de um primeiro apontamento (no boletim N.º 18, de Novembro de 2023), sobre imigração e novos residentes em Portugal, damos continuidade à reflexão sobre o tema, focando-nos agora na dinâmica de atracção de imigrantes e de instalação de novos residentes, da qual destacamos os seguintes aspectos

a) Um forte crescimento no stock de novos residentes (mais de 730.000 em 2022), prevendo-se que em 2023 possa ter atingido os 1.340 000 novos residentes, (número ainda não incluído num apuramento oficial detalhado, à data da publicação deste boletim);

b) Uma diversificação de razões para este crescimento graças à combinação de motivos para a escolha de Portugal como destino de imigração e estabelecimento de residência:

- Escolha de Portugal para residir a tempo inteiro ou a tempo parcial, já na situação de aposentação, com ou sem exercício de actividades empresariais;
- Escolha de Portugal em idade activa para participar no mercado de trabalho como trabalhador assalariado;

- Escolha de Portugal em idade activa para concretizar actividades empresariais, com ou sem envolvimento complementar de familiares, e/ou como estudante universitário e trabalhador independente, em diferentes actividades, com exigências de elevada qualificação

c) Uma diversificação nas origens geográficas dos imigrantes e novos residentes. As comunidades imigrantes foram sistematizadas em quatro grandes grupos em função da sua origem geográfica:

- Grupo de comunidades de origem asiática, distinguindo-se como origem dos fluxos migratórios a China e a comunidade indostânica (esta representada por imigrantes vindos da Índia, Paquistão; Bangladesh e Nepal);
- Grupo de comunidades com origem no Brasil, nos PALOP e na Venezuela;
- Grupo de comunidades com origem em países do leste europeu representadas pelas comunidades ucraniana, moldava e romena;
- Grupo com origem nos países ocidentais representados por países europeus e pelos EUA.

Comunidades imigrantes residentes segundo a origem: os 4 grandes grupos - síntese



Desta sistematização em grupos de comunidades oriundas de diferentes partes do globo emergiram, quantitativamente, como comunidades relevantes oriundas de todos os continentes.

Constata-se que a representatividade do continente americano, assente na comunidade brasileira, é determinante em número de residentes imigrados em Portugal (representando cerca de 34%). No segundo lugar situa-se o grupo de países europeus (23% de imigrantes), seguido do continente asiático (China e Índia) em 3º lugar, com peso igual ao das comunidades africanas (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe) – 16%. O Leste europeu surge em 4º lugar.

d) Considerando agora a dinâmica destes fluxos salientam-se as seguintes tendências:

- A continuação dos fluxos com origem nos países lusófonos, em que se tem destacado o Brasil;
- A ocorrência de um fluxo forte de imigrantes com origem na China, concentrada nem alguns períodos anuais, mas com uma quebra de dinamismo já patente em 2022;
- A flutuação no fluxo de imigrantes com origem na Ucrânia, numa primeira fase (2000–2001) acompanhando a independência do país, com uma quebra posterior e um retomar mais recente, neste caso devido à guerra em curso, que força mulheres, crianças e idosos a imigrar ou a aceitar a condição de refugiados;

- A emergência de um fluxo (que é actualmente o mais dinâmico), constituído pelos imigrantes do mundo indostânico (que, como referimos, inclui a Índia, Paquistão Bangladesh e Nepal), com motivos diferenciados para procurar Portugal. Este fluxo começou por ser dinamizado pela vinda de Moçambique de indianos e paquistaneses, que ali se haviam estabelecido antes da independência. Actualmente (e após um período de integração socioeconómica nos anos 80/90 em actividades de comércio, imobiliário e restauração) atingiram uma dinâmica própria, que reconfigurou a oferta comercial e motivou outras necessidades, sendo a restauração um exemplo.
- Uma ampliação nas origens nacionais de novos residentes vindos da Europa, que além da tradicional presença de cidadãos britânicos se têm registado fluxos muito significativos de franceses e italianos (para além de maior presença de cidadãos da vizinha Espanha), apostados numa perspectiva de vida, de novas experiências e de negócios, como é o caso dos franceses;

E o que parece ser o início de uma vaga de novos residentes vindos dos EUA.

(extraído do estudo realizado por Manuela Almeida e José Félix Ribeiro para o Observatório "Os Serviços, Competitividade Urbana e Coesão territorial" ●



OS DESAFIOS



DOIS ANOS DE GUERRA NA UCRÂNIA – UM BALANÇO

Decorridos que estão dois anos desde o início da guerra, é tempo de fazer um balanço das causas, da evolução militar, económica e geopolítica do conflito e da sua potencial evolução futura, bem como da evolução geopolítica mundial.

Prólogo do conflito

Em Novembro de 2013, e após o então Presidente da Ucrânia, Victor Yanukovych, suspender o Acordo de Associação da Ucrânia com a União Europeia (em detrimento do Acordo de adesão na União Económica Eurasiática (EAEU), promovida pela Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Arménia), alegando que a Ucrânia tinha problemas económicos que deveriam ser resolvidos entre a Ucrânia, UE e Rússia. A representante da UE nas negociações, que esperava a ratificação do acordo, rejeitou um acordo trilateral, alegando que a UE defendia o carácter bilateral desses acordos de associação.

Acto contínuo, uma série de manifestações e revoltas tiveram início em 21 de Novembro, que culminaram na revolução da Praça Maidan (Euro Maidan), depondo o regime de Yanukovych em 21 de Fevereiro com a assinatura de um acordo para a resolução da crise política entre Yanukovych e os revoltosos, que previa a realização de eleições até ao final de 2014 e a formação de um governo de salvação nacional presidido por Victor Yatsenyuk.

No dia 27 de Fevereiro, forças russas iniciaram a invasão da Crimeia, após uma série de protestos contra o novo governo ucraniano, promovidos pelas populações de origem russa. Após as forças russas obterem o controlo total do território, impuseram a realização de um referendo sobre a independência da Crimeia a 16 de Março, tendo o sim à independência obtido 97,4% do total de resultados, num total de 1.2 milhões de pessoas que foram votar. No dia 18 de Março a região da Crimeia foi anexada pela Rússia, tendo a decisão sido ratificada no dia 21 de Março pelo Parlamento russo (Duma).

Ainda no mês de Março de 2014, na região do Donbass, no Leste da Ucrânia, região na qual vive uma percentagem elevada de população de origem russa, começaram uma série de protestos pró-russos nas cidades de Luhansk e Donetsk, tomando de assalto edifícios governamentais e proclamando as repúblicas independentes de Donetsk e Luhansk, levando a que o exército ucraniano lançasse uma operação militar em Abril de 2014, tendo recuperado grande parte do território. No entanto, a Rússia enviou tropas e equipamento militar para o território de forma encoberta, ajudando os rebeldes a recuperar grande parte do território perdido, levando a que o conflito terminasse com um cessar-fogo e a assinatura do primeiro acordo de Minsk, em Setembro de 2014, embora houvessem violações de cessar fogo constantes na linha da frente.

Em Janeiro de 2015 o conflito voltou a reacender-se com o ataque das forças separatistas ao aeroporto de Donetsk, e mais tarde, à cidade estratégica de Debaltseve, localizada entre Donetsk e Luhansk, cercando a cidade e forçando a rendição as tropas ucranianas na localidade. Apesar da assinatura de um cessar-fogo em 11 de Fevereiro, o conflito na cidade continuou até à retirada das forças ucranianas da cidade.

Em 5 de Setembro de 2015 foi assinado um novo acordo de paz (Minsk II) entre as forças separatistas de Donetsk e Luhansk, a Ucrânia e a Rússia, sob os auspícios da OCDE, que colocou um termo ao conflito aberto entre as partes. Apesar disso, entre Setembro de 2015 e Fevereiro de 2022 houve várias violações de cessar fogo de ambas as partes em conflito.

Apesar da tentativa de "congelar" o conflito armado com a assinatura do acordo de Minsk II, em 24 de Fevereiro de 2022 as Forças Armadas Russas atacaram unilateralmente a Ucrânia, assaltando várias partes do país e conquistando várias cidades, tendo conseguido estar a uma distância relativamente pequena da capital ucraniana e da 2ª maior cidade do país, Kharkiv, conquistando Kherison e Mariupol e invadindo várias partes do país a leste.

No seguimento da invasão da Ucrânia, os países ocidentais pertencentes à Nato e à UE aprovaram uma série de sanções económicas à Rússia e limitando as importações provenientes da Rússia de gás, petróleo, minérios e cereais, bem como as importações russas de equipamento electrónico que pudesse ser utilizado para o fabrico de equipamento militar (como semicondutores, sensores, chips, etc), retirando a Rússia do sistema financeiro Swift, que permite transações internacionais, e congelando bens e meios financeiros do país e de figuras ligadas ao regime, de forma a isolar o país internacionalmente, debilitando a sua economia e levando-o a pedir conversações de paz.

Apesar de teoricamente estas sanções terem como objectivo enfraquecer economicamente a Rússia, bem como isolar o país internacionalmente, nos últimos dois anos a Rússia tem conseguido, apesar do bloqueio económico imposto pelos países ocidentais, crescer economicamente, tendo reorientado as suas exportações para outros países como a Índia, China ou Irão, e apoiando-se no facto do país pertencer aos BRICS para manter a sua influência a nível mundial.

Figura 1 - Evolução do conflito na Ucrânia entre 2022 e 2024



Fonte: Wikimedia commons, Março de 2024

A guerra da Ucrânia também levou a que tanto a Finlândia como a Suécia, dois países europeus cuja posição era tipicamente neutral há décadas, optassem por pedir a adesão à Nato, tendo o processo de adesão das duas nações sido concluído no dia 7 de Março de 2024 com a adesão da Suécia (após dois anos de negociações com a Turquia e a Hungria, que colocaram uma série de entraves até aceitarem a sua adesão).

Durante os últimos dois anos, a Ucrânia recebeu apoio militar e financeiro massivo por parte dos países ocidentais (de acordo com os dados da Comissão Europeia, a UE concedeu até ao momento um apoio de 88 mil milhões de euros à Ucrânia: 43,4 mil milhões de euros em apoios à resiliência económica, financeira e social, 28 mil milhões em apoio à aquisição de equipamento militar e 17 mil milhões para apoio aos Estados Membros para dar resposta às necessidades dos refugiados ucranianos. Os EUA até ao momento concederam 75 mil milhões de euros de ajuda financeira à Ucrânia, e 42,2 mil milhões de euros em equipamento militar), o que permitiu ao país libertar uma parte do seu território, nas zonas de Kharkiv (no norte) e Kherson (no sul).

Estes retrocessos fizeram com que a Rússia modificasse a sua estratégia militar, construindo fortificações nas zonas que controla e apostando numa guerra de atrito, de forma a minimizar perdas humanas, procurando focar-se em objetivos individuais, com recurso a ataques massivos de drones, artilharia e aviação para enfraquecer os efectivos militares ucranianos na zona a atacar. Esta estratégia permitiu, por um lado, conter a contra-ofensiva ucraniana na região de Zaporíjia no final de 2023, e conquistar as cidades de Bakhmut, Mariinka e Avdiivka em 2023 e início de 2024 na região de Donetsk. Actualmente a Rússia controla cerca de 18% do território ucraniano (já controlou cerca de 27%).

Análise actual

Neste momento, e decorridos 2 anos deste conflito, o mundo tornou-se bastante mais complexo.

No conflito russo ucraniano, do lado ucraniano, e apesar do país ter demonstrado ao longo dos dois anos uma grande capacidade de resiliência, conseguindo não só recuperar território ocupado, mas também atingir vários alvos na Rússia graças às armas que tem recebido, verifica-se que a situa-

ção é crítica devido a, por um lado, o bloqueio que o partido republicano dos EUA tem feito ao envio de ajuda militar americana para a Ucrânia, votando contra o seu envio desde o final de 2023 (o que tem provocado uma escassez de equipamento militar), e à falta de efectivos militares no terreno, prevendo-se por parte do regime ucraniano a introdução de uma nova mobilização para aumentar em 400.000 novos militares o seu efectivo no decorrer do presente ano, embora o facto desta medida ser impopular tenha levado até ao momento a algumas hesitações por parte do governo ucraniano. Por outro lado, há mais de 6,4 milhões de cidadãos ucranianos refugiados fora do país (6 milhões estabeleceram-se na UE desde o início do conflito), e grande parte da sua estrutura produtiva encontra-se destruída.

Em Fevereiro de 2024, o Banco Mundial, no press release de 15 de Fevereiro de 2024, intitulado "updated Ukraine recovery and reconstruction needs assessment released", estimou que a reconstrução da Ucrânia iria custar cerca de 486 mil milhões. Este valor inclui a perda de cerca de "dois milhões de unidades habitacionais destruídas ou danificadas (10% do parque habitacional da Ucrânia), bem como infraestruturas vitais, como 8 400 km de auto-estradas e estradas principais, e quase 300

pontes". (...) "Os custos globais reflectidos no valor de recuperação e reconstrução de 486 mil milhões de dólares – estimados ao longo de 10 anos – incluem medidas necessárias para a reconstrução de um futuro moderno, de baixo carbono, inclusivo e resiliente às alterações climáticas. As maiores necessidades estimadas de recuperação e reconstrução estão na habitação (17% do total), seguida pelos transportes (15%), comércio e indústria (14%), agricultura (12%), energia (10%), protecção social e meios de subsistência (9%) e gerenciamento de riscos explosivos (7%)".

Do lado russo, e apesar das sanções económicas impostas pelos países ocidentais, a economia russa tem revelado uma resiliência inesperada. De acordo com o FMI, prevê-se que a economia russa tenha crescimento económico em 2023 e 2024, graças à sua estratégia comercial de substituição dos parceiros comerciais do ocidente pelos parceiros asiáticos (sobretudo a China, Índia e Irão), estando inclusivamente planeada a construção várias infraestruturas de transporte (como a linha ferroviária planeada que liga a Rússia aos portos Iranianos no Oceano Índico e Golfo Pérsico) e de um novo ramal do gasoduto Power of Siberia, entre a Rússia e China.

Figura 2 - Projeções do FMI para 2023 e 2024

real GDP, annual percent change	ESTIMATE PROJECTIONS		
	2022	2023	2024
World Output	3.1	3.9	3.1
Advanced Economies	2.7	1.2	1.4
United States	2.0	1.4	1.0
Euro Area	3.5	0.7	1.6
Germany	1.9	0.1	1.4
France	2.6	0.7	1.6
Italy	3.9	0.6	0.9
Spain	5.2	1.1	2.4
Japan	1.4	1.8	0.9
United Kingdom	4.1	-0.6	-0.9
Canada	3.5	1.5	1.5
Other Advanced Economies	2.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	3.9	4.0	4.2
Emerging and Developing Asia	4.3	5.3	5.2
China	3.0	5.2	4.5
India	6.8	6.1	6.8
Emerging and Developing Europe	0.7	1.5	2.6
Russia	-2.2	0.3	2.1
Latin America and the Caribbean	3.9	1.8	2.1
Brazil	3.1	1.2	1.5
Mexico	3.1	1.7	1.6
Middle East and Central Asia	3.3	3.2	3.7
Saudi Arabia	8.7	2.6	3.4
Sub-Saharan Africa	3.8	3.8	4.1
Nigeria	3.0	3.2	2.9
South Africa	2.6	1.2	1.3
Morocco			
Emerging Market and Middle-income Economies	3.0	4.0	4.1
Low-income Developing Countries	4.9	4.9	5.6

Source: IMF, World Economic Outlook Database, January 2024.
 Note: For media, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2022/23 starting in April 2022. Growth in FY 2022 follows India's growth projection of 5.4 percent in 2022 and 6.8 percent in 2024 (base: an earlier year).

INTERNATIONAL MONETARY FUND IMF.org

Fonte: FMI – Fundo Monetário Internacional.

Por outro lado, sendo um dos países membro dos BRICS, a Rússia também tem utilizado esta organização para manter a sua influência a nível internacional. Para além dos BRICS terem como países membros alguns dos países com maior crescimento económico a nível mundial (China, Índia e Brasil), são também o maior rival geopolítico dos países do G7.

Figura 3 - Países membros do G7, BRICS e BRICS+



Fonte: Statista Research

De acordo com o Boletim da Banque de France de Janeiro e Fevereiro de 2024, com a expansão dos BRICS de Janeiro de 2024, intitulada BRICS+, esta organização "representa quase metade da população mundial (46%, acima dos 41% dos BRICS) em comparação com apenas menos de 10% para o Grupo dos Sete (G7): Estados Unidos, Canadá, Japão, Reino Unido, Alemanha, França e Itália. Os países membros dos BRICS já representarão uma parcela maior do PIB mundial do que o G7 (31,6% em paridade poder de compra (PPP) em 2022;), tendo a expansão aumentado esta percentagem (35,6% em 2022). A China ainda detém a posição dominante dentro do grupo, representando 52% do seu PIB total (em PPC), o que é semelhante ao peso dos Estados Unidos no G7. O fosso entre o BRICS+ e o G7 deverá aumentar ainda mais graças ao crescimento económico robusto nos países emergentes. De acordo com previsões do FMI, os BRICS+ responderão por 37,6% do PIB mundial em PPC em 2027, em

comparação com 28,2% para o G7". Com a entrada dos novos membros (Arábia Saudita, Irão, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia), os BRICS também passaram a controlar 47% das reservas de petróleo mundiais conhecidas.

Por outro lado, o facto de em Outubro de 2023 se ter iniciado um conflito entre o Hamas e Israel também contribuiu para a atenção mediática e militar sobre a Ucrânia terem sido desviadas, tendo os EUA enviado meios militares consideráveis para apoiar Israel, em detrimento da Ucrânia.

Sendo o Médio Oriente uma zona sensível em termos geopolíticos e altamente estratégica, desde o início deste conflito que subsiste o receio de que a guerra venha a alastrar a outros países árabes vizinhos (como se tem vindo a verificar, tendo havido ataques a Israel provenientes do sul do Líbano (no qual uma grande parte da zona sul é contro-

lada pelo Hezbollah, um movimento apoiado pela República do Irão, e aos Houthis no Yemen (também apoiados pelo Irão), que tem atacado todo o tráfego marítimo no Mar Vermelho, capturando ou atacando navios mercantes cujo destino seja Israel, o que tem contribuído para diminuir o tráfego marítimo pela rota do Suez de forma significativa e aumentar o tráfego da Rota do Cabo, o que tem não só aumentado os custos de transporte marítimo, mas também o custo final de bens, produtos e serviços.

Figura 4 - Ataques ao comércio marítimo no Mar Vermelho



Fonte: Ambrey Analytics

Conclusão

Apesar do apoio incondicional, quer financeiro quer militar à Ucrânia, afigura-se bastante difícil para o país a libertação do território ocupado pela Rússia sem o envolvimento directo da NATO no conflito. Apesar de UE ter recentemente aprovado uma nova ajuda financeira à Ucrânia, no valor de 50 mil milhões de euros (que inclui a aquisição de material militar), este valor afigura-se reduzido para as necessidades actuais de fornecimento de equipamento militar do país.

Tendo em conta que as eleições nos EUA se vão realizar em Novembro deste ano, é de prever que o actual bloqueio económico da ajuda militar dos EUA à Ucrânia por parte dos representantes do Partido Republicano se mantenha pelo menos até às eleições.

Tendo em conta que existe a probabilidade de Donald Trump voltar a ser eleito como Presidente dos EUA, e fazendo fé nas declarações proferidas por ele em vários meios de comunicação social, afirmando que "se fosse reeleito Presidente dos Estados Unidos, avisou os aliados da NATO que encorajaria a Rússia a fazer o que entendesse com países com dívidas à NATO", prevê-se que vencendo as eleições Trump não só não irá enviar auxílio à Ucrânia, como irá exercer pressão nos países membros da NATO para que cumpram o acordo para elevarem as suas contribuições para a aliança militar para 2% do seu PIB nacional, o que poderia originar um aumento da tensão entre os Países Membros da aliança militar.

Por outro lado, o regresso de Donald Trump à Casa Branca também significa que os EUA poderiam novamente sair do Acordo de Paris para a redução das emissões de CO₂, e, do ponto de vista comercial, os EUA vão voltar a privilegiar acordos comerciais bilaterais em detrimento de acordos multilaterais, podendo voltar a colocar barreiras comerciais ao comércio de bens e serviços entre os EUA e a UE, o que poderia prejudicar de forma muito séria a UE se os EUA impusessem barreiras à exportação de gás natural, do qual a UE depende (em 2023 o Gás Natural com origem nos EUA representou 19,4% do total de Gás importado pela UE).

A animosidade de Donald Trump em relação à China também poderia levar à aplicação de novas sanções ao país (a exemplo do que foi feito no caso que envolveu a Huawei, com a proibição de venda de chips dos EUA à empresa), o que poderia prejudicar as relações comerciais entre a China e a UE, uma vez que a aplicação de sanções também abrange países terceiros que têm relações comerciais com o país sancionado.

Para além destes factores de instabilidade, um possível alargamento do conflito a novas zonas de tensão (como a República da Moldova, a Geórgia ou o Cazaquistão) poderão levar a novos constrangimentos no comércio mundial, que irão afectar ainda mais o comércio internacional da UE, bem como levar a

que entre num conflito armado contra a Rússia, situação que não é de todo de excluir, uma vez que o Presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou recentemente que "o envio de tropas francesas e da NATO para o teatro de guerra na Ucrânia continua em cima da mesa (...), e todas as opções são possíveis", numa entrevista a dois canais de televisão franceses no dia 14 de Março.

Apesar da Presidente da Comissão Europeia Ursula Von Der Leyen ter apresentado no dia 7 de Março uma proposta para criar um Programa Europeu para a Indústria e Defesa (EDIP), com o objectivo de criar uma Estratégia Industrial Europeia de Defesa, com um orçamento inicial (no valor de 1,5 mil milhões), este valor revela-se parco face às necessidades europeias de defesa em caso de guerra iminente, sobretudo se se vier a verificar a existência de um envolvimento directo da UE na guerra entre a UE e a Rússia.

Economicamente, e perante a possibilidade de Donald Trump vencer as eleições, é vital para a UE a diversificação de relações comerciais multilaterais com potenciais parceiros económicos, procurando concluir com sucesso as negociações de livre comércio com o MERCOSUL (que já se prolongam desde 1999, sem uma conclusão bem sucedida), o reforço das relações comerciais com a ASEAN e com a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA) (que inclui 54 Estados Membros). ●





Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável

BOLETIM N.º #19 MARÇO 2024

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Armindo Silva
Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
José Félix Ribeiro
Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 15 de Março de 2024

Comentários e sugestões para:

ccp@ccp.pt



CCP - Confederação do Comércio e Serviços |

Cofinanciado por:

